



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

Três Barras do Paraná, 14 de fevereiro de 2025.

Ofício Especial.

Venho por meio deste ofício pedir autorização para que o Legislativo possa realizar a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática.

Sendo assim, fico no aguardo de uma resposta positiva.

Sem mais, atentamente,

**SERGIO
FERNANDES:
58084363972**

Assinado de forma digital
por SERGIO
FERNANDES:58084363972
Dados: 2025.02.14 14:02:27
+03'00'

**Sérgio Fernandes
Contador**

A/C: Senhor Presidente do Legislativo
Antenor Carlos da Motta



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

Três Barras do Paraná, 17 de fevereiro de 2025.

Ofício Especial.

Em atendimento ao Ofício Especial datado em 14/02/2025, autorizo que seja dado início ao trâmite do processo licitatório, ou o mesmo seja dispensado, devendo passar pelos cuidados do Contador para que se verifique a existência de dotação orçamentária, aos cuidados do Advogado para acompanhamento de todo o processo referente à legalidade e na sequência emitir o parecer final e caso venha a ser necessário também para o segundo (a) Secretário (a), para que seja feita a declaração de impacto financeiro referente à despesa.

Os documentos que fazem parte do trâmite do processo devem ser respondidos pelos setores mencionados acima e encaminhado aos cuidados do setor de licitação para que seja dado continuidade no certame.

Após a elaboração do edital, quando estiver na legalidade o mesmo será assinado como prova de meu entendimento e concordância, assim como o termo de homologação ao final do processo.

Respeitosamente,
**ANTENOR
CARLOS DA
MOTTA:80546**

Antenor Carlos da Motta 480900
Presidente

Assinado de forma
digital por ANTENOR
CARLOS DA
MOTTA:80546480900
Dados: 2025.02.17
14:02:57 -03'00'

Senhores (as):

Lenilce Vitoriano – Agente de contratação
Beatriz Faria de Paula – Primeira Secretária
Adriano Dezan – Advogado
Sérgio Fernandes – Contador

MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS

050351 19/02/2025 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ENTRE OUTROS APARELHOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL R\$ 124.689,76

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES SIMILARES (OUTROS ORÇÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLI	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	TCE PARANÁ	PORTAL DA TRANSPARENCIA - COU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CONSERVAÇÃO DE FERRAMENTAS E FERRAGENS	LTDA	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Anexo I Lote 001 Item 001	COMPUTADOR AVANÇADO PLUS COMPATÍVEL COM CORE I7 10ª GERAÇÃO OU EQUIVALENTE/SUPERIOR; 2 PENTES DE 8GB DE RAM DDR4 2400 MHZ OU SUPERIOR; TOTALIZANDO 16 GB; ARMAZENAMENTO COM SSD 480 GB + HD 2 TERA OU SUPERIOR; COM FONTE MÍNIMA DE 500W OU SUPERIOR, PLACA DE VÍDEO COM 4GB OU MAIS E COM NO MÍNIMO 1 ENTRADA DVI, 1 HDMI E 1 VGA; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO COM LICENÇA INCLUSA;...	UN 2,00	8.100,00	////	////	////	8.727,30	////	8.757,62	////	8.270,00		8.463,73 16.927,46	4,49%
Anexo I Lote 001 Item 002	MONITOR 23.8 FHD, LED, 75 HZ, HDMI, VGA, WIDESCREEN, PRETO, TELA LIPS, ANTI-REFLEXO, FULL HD, MÍNIMO DE 01 ANO DE GARANTIA	UN 2,00	////	////	////	////	985,00	860,00	1.028,82	848,30	990,00		943,35 1.886,70	11,20%
Anexo I Lote 001 Item 003	NOTEBOOK CORE I7 12ª-13ª GERAÇÃO, 16GB MEMÓRIA SSD 512GB	UN 3,00	////	////	////	6.887,99	7.590,00	////	7.095,58	////	7.230,00		7.200,89 21.602,67	4,54%
Anexo I Lote 001 Item 004	MOCHILA DE TRANSPORTE PARA O NOTEBOOK EM COURO, PRETA EXECUTIVA 15.6	UN 3,00	184,51	////	////	190,00	151,50	156,99	152,09	////	320,00		160,62 505,86	11,30%
Anexo I Lote 001 Item 005	TABLET -SAMSUNG GALAXY TAB A9 WI FI 64GB 4GB RAM TELA 11 GRAFITE	UN 5,00	1.510,00	////	////	////	1.559,99	////	1.495,00	////	1.890,00		1.613,75 8.068,75	7,94%
Anexo I Lote 001 Item 006	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL EPSON ECOTANK L6270 - TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF	UN 2,00	2.470,00	////	2.339,00	2.744,00	2.350,00	////	2.450,00	////	4.100,00		2.470,00 4.941,20	5,63%
Anexo I Lote 001 Item 007	HD EXTERNO PORTÁTIL 2 TB USB 3.0	UN 2,00	720,00	////	////	////	740,00	695,00	////	////	840,00		748,75 1.497,50	7,73%
Anexo I Lote 001 Item 008	CABO DE REDE U/UTP CAT 5E 4P 100% COBRE	UN 50,00	////	////	////	4,74	4,98	////	4,10	////	4,90		4,68 234,00	14,15%
Anexo I Lote 001 Item 009	PENDRIVE 32 GB	UN 20,00	42,00	////	////	42,50	42,46	42,00	42,00	41,06	40,00		41,72 834,40	4,30%



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

CONFORME LEI 14.133/21
E IN SEGES/ME 65/21

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES (OUTROS SIMILARES)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BL	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	TCE PARANÁ	TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CONSERVAÇÃO DE FERRAMENTAS E MATERIAIS	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Anexo I Lote 001 Item 010	APARELHO TELEFONE SEM FIO/ MESA, COM FUNCIONAMENTO NÃO INFERIOR A 50 METROS DE DISTÂNCIA INTERNO E 100 METROS EXTERNO/ CAPACIDADE PARA ATÉ 07 RAMAIS.	UN 5,00	220,00	////	196,45	191,52	////	199,00	204,00	191,00	198,00	200,00 1.080,00	4,71%
Anexo I Lote 001 Item 011	UNI FI ACCESS POINT US LONGRANGE ACCESS POINT WI-FI 6 DE ALTO DESEMPENHO COM ALCANCE DE SINAL AMPLIADO.	UN 2,00	////	////	////	1.879,00	1.899,00	////	////	////	1.890,00	1.889,33 3.778,66	0,55%
Anexo I Lote 001 Item 012	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO HP LASER JET P1805 NA COR PRETO	UN 5,00	70,00	////	////	////	69,00	////	////	////	75,00	71,33 356,65	3,38%
Anexo I Lote 001 Item 013	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET PRO MFP M127 NA COR PRETO	UN 5,00	85,00	////	////	////	70,00	////	////	76,36	75,00	76,59 382,95	9,41%
Anexo I Lote 001 Item 014	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET PRO MFP 426FDW NA COR PRETO	UN 5,00	95,00	////	////	////	97,50	85,30	////	////	90,00	91,95 459,75	7,80%
Anexo I Lote 001 Item 015	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET M1132 MFP NA COR PRETO	UN 5,00	////	////	////	////	65,00	////	////	68,00	67,00	66,67 333,35	2,57%
Anexo I Lote 001 Item 016	NOBREACK 1500VA, ENTRADA BIVOLT, SAÍDA 110V SENOIDAL	UN 3,00	1.885,81	////	1.550,00	////	1.576,97	////	1.610,00	////	3.685,00	1.655,70 4.967,10	6,82%
Anexo I Lote 001 Item 017	JOGO COMPLETO ORIGINAL COM 04 TONNERS (CORES MAGENTA, CIANO, PRETO E YELLOW) PARA IMPRESSORA HP COLOR LASER JET PRO MFP M283FDM	UN 5,00	////	////	////	////	////	////	////	////	470,00	470,00 2.350,00	0,00%
Anexo I Lote 001 Item 018	PILHAS ALCALINA AA 1,5 V- PACOTE COM 16 UNIDADES	UN 10,00	82,40	////	////	82,00	87,20	88,00	84,90	////	120,00	84,90 849,00	3,54%
Anexo I Lote 001 Item 019	PILHAS ALCALINA AAA 1,5 V, PALITO - PACOTE COM 16 UNIDADES.	UN 10,00	77,60	////	////	75,60	76,00	80,00	76,90	////	120,00	77,22 772,20	2,14%
Anexo I Lote 001 Item 020	TECLADO ABNT2 USB PRETO	UN 2,00	63,00	////	66,95	////	69,07	64,99	65,00	////	65,00	65,67 131,34	4,24%
Anexo I Lote 001 Item 021	MOUSE ÓTICO SEM FIO 3000DPI USB PRETO	UN 2,00	83,25	88,00	////	79,89	85,00	////	81,90	////	85,00	83,84 167,68	4,94%
Anexo I Lote 001 Item 022	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMADAS BIVOLT	UN 3,00	57,70	////	////	////	56,71	58,48	57,96	////	55,00	57,17 171,51	3,95%



VALOR(ES) RETIRADO(S) POR INCOMPATIBILIDADE(S) DE PREÇO(S)

página 2/3
MAPA DE APURAÇÃO DE PREÇOS 050351
CONSULTEC SISTEMAS E TECNOLOGIA LTDA
49.999.622/0001-64

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

CONFORME LEI 14.133/21
E IN SEGES/ME 65/21

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE / QUANTIDADE	CONTRATAÇÕES (OUTROS ORÇÃOS)	PAINEL DE PREÇOS	PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS	BLT	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	TCE PARANÁ	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA - CGU - NFE	BOLSA NACIONAL DE COMPRAS	CONSERVAÇÃO DE FERRAGENS E FERRAMENTAS LTD	MÉDIA ARITMÉTICA / VALOR TOTAL	PERCENTUAL DE DIFERENÇA DO MENOR PREÇO
Anexo I Lote 001 Item 023	MESA RETA TAMPO DE 50 MM EM MDP MESA MEDINDO 1.50 COMPRIMENTO 0.80 DE LARGURA COM GAVETEIRO LATERAL 04 GAVETAS EM MDP	UN 1,00	2.693,53	////	////	////	2.700,00	////	////	////	2.680,00	2.691,18 2.691,18	0,42%
Anexo I Lote 001 Item 024	SCANNER DE SECRETARIA COM ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA COM SENSOR CMOS CIS DE 1 LINHA, 600 DPI, LED RGB, FRENTE/VERSO/DUPLEX, USB 3.2 GEN1X/USB 2.0, IEEE802.11B/G/N, 108BASE-T/1000BASE-T, VOLTAGEM 100-240 V CA (50/60 HZ), CONECTIVIDADE FLEXÍVEIS COM CONECTIVIDADE LAN, WI-FI E USB AO PC E DISPOSITIVOS INTELIGENTES, PROCESSAMENTO INTELIGENTE AUTOMÁTICO COM OCR E RECONHECIMENTO DE...	UN 2,00	4.484,64	////	////	////	4.875,00	4.620,00	4.830,15	4.510,83	4.910,00	4.785,18 9.410,20	4,92%
Anexo I Lote 001 Item 025	CADEIRA DIRETOR APROXIMACAO FLIP 43103ENCOSTO EM TELA ACENTO ESPUMA INJETADA REVESTIMENTO VINIL PRETO PÉS EM ARCO ESTRUTURA SI PRETA C/BRACOS INTEGRADOS	UN 6,00	819,00	////	876,11	850,00	845,71	////	871,20	////	850,00	852,00 5.112,00	4,03%
Anexo I Lote 001 Item 026	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NOS MESMOS, MANUTENÇÃO FÍSICA, SUPORTE REMOTO OU TELEFÔNICO, FORMATAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS	UN 200,00	////	////	161,50	////	179,00	160,00	////	////	170,00	172,63 34.526,00	7,89%
Anexo I Lote 001 Item 027	Klit Tinta Original Epson L6270 L4260 L14150 L6191 T504 L4160	UN 5,00	////	////	////	140,00	139,00	160,00	////	////	480,00	146,33 731,65	5,27%
Valor total do anexo após análise			58.173,37	176,00	53.896,81	40.084,35	123.893,19	49.867,89	77.559,07	13.216,26	113.105,00	R\$ 124.689,76	
Valor total geral do anexo			58.173,37	176,00	53.896,81	40.084,35	123.893,19	49.867,89	77.559,07	13.216,26	138.120,00		



Número do Documento de Formalização da Demanda: 3/2025

1. Informações Gerais

Área requerente

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Data de emissão da contratação

07/04/2025 00:00

UASC

928898

Editado por

LENILCE
VITORIANO

Descrição sumária do objeto

Futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos.

2. Justificativa de Necessidade

Considerando as atuais demandas operacionais da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, bem como a necessidade de atualização tecnológica para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, segue os principais motivos que tornam imprescindível a compra de novos equipamentos e materiais:

- **Necessidade de Atualização Tecnológica:** Alguns dos equipamentos atuais estão obsoletos e apresentam falhas frequentes, o que compromete o desempenho das atividades e aumenta o tempo de resposta das tarefas. A substituição por novos materiais proporcionará um aumento significativo na eficiência e na qualidade do trabalho realizado.
- **Aumento da Demanda:** Com o crescimento das atividades da Câmara, tendo em vista a contratação de mais um servidor, tornou-se necessário expandir a capacidade operacional, o que exige a aquisição de novos equipamentos para atender à crescente demanda de trabalho.
- **Melhoria da Produtividade:** Equipamentos de informática mais modernos são essenciais para otimizar o tempo de execução de tarefas, reduzir erros e permitir maior agilidade nos processos internos, o que impacta positivamente nos resultados e na satisfação dos colaboradores.
- **Suporte às Novas Tecnologias:** A implementação de novas ferramentas e softwares exigirá a atualização dos equipamentos, garantindo compatibilidade e a possibilidade de integrar as soluções mais modernas disponíveis no mercado.
- **Redução de Custos de Manutenção:** Equipamentos obsoletos geralmente demandam um volume maior de manutenção, o que eleva os custos operacionais. A aquisição de novos materiais, com tecnologia atualizada, reduzirá esses custos a longo prazo.
- **Apoio à Inovação e Capacitação:** A aquisição de novos materiais é fundamental para a realização de treinamentos mais eficientes, o que contribuirá para o desenvolvimento contínuo da equipe e a adaptação às mudanças do mercado.
- **Abastecimento dos equipamentos:** A aquisição de materiais de abastecimento de determinados equipamentos é essencial, tendo em vista que impressoras precisam de tinta, de tonner, os computadores necessitam muitas vezes de HD, pendrive, pilhas para controles, entre outros. Sendo assim é imprescindível a compra desses materiais para o uso eficaz dos equipamentos.

Além da futura aquisição de novos equipamentos se faz necessário também a contratação de serviços suporte e manutenção para esses aparelhos, justamente para que não causem prejuízos tão cedo como já aconteceu. Sendo assim é importante entender que a manutenção e o suporte técnico para informática têm como pontos positivos:

- **Garantia de Continuidade Operacional:** Os equipamentos de informática são essenciais para a realização das atividades cotidianas e operacionais da organização. A falta de manutenção preventiva e suporte adequado pode ocasionar paradas inesperadas, que afetam diretamente a produtividade e o desempenho dos colaboradores. A contratação de serviços especializados assegura a continuidade das operações sem interrupções significativas.
- **Redução de Custos com Reparos e Substituições:** A manutenção preventiva pode evitar falhas graves nos equipamentos, o que resulta em custos elevados com reparos emergenciais ou até mesmo a necessidade de substituição de aparelhos. Serviços especializados de suporte e manutenção aumentam a vida útil dos aparelhos e previnem gastos excessivos com a compra de novos dispositivos.
- **Melhoria no Desempenho e Eficiência dos Equipamentos:** Manutenções periódicas e ajustes feitos por profissionais qualificados garantem que os equipamentos funcionem com a máxima eficiência, evitando lentidão ou travamentos. Isso impacta diretamente na produtividade dos colaboradores, reduzindo o tempo de inatividade e otimizando o desempenho das ferramentas de trabalho.

	acessórios para computadores		aplicação: armazenamento dados, características adicionais: velocidade transmissão: 10 mb/s; gravação: 5 mb/s, compatibilidade: windows 7; vits; xp; 2000; mac e linux, memória: 16, padrão: usb 2.0, tipo: portátil Unidade de fornecimento: Unidade			
10	Equipamento telefônico e telegráfico	Aparelho Telefônico Sem Fio	alimentação: bivolt, aplicação: central telefônica, características adicionais: ip wireless, função: rediscagem/flash/tom/pulso/pause/mute Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	200,00	1.000,00
11	Equipamentos de rede de tic - local e remota	Roteador	características adicionais: 4 antenas cobertura até 200m, protocolo lan: 4 portas lan 10, protocolo wan: 1 porta 10/100/1000mbps, recurso segurança: wpa - wpa2 - wps, tensão alimentação: 110/220, tipo arquitetura: dual band: padrão wifi 2,4ghz (até 400mbps) e 5ghz, tipo linha: ip sem fio, velocidade: 1.266 Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	1.889,33	3.778,66
12	Suprimentos de informática - tic	Conjunto Cartucho Toner Impressora / Copiadora	componentes: 4 recipientes de toner, cor: preto, magenta, ciano, amarelo, referência impressora: okidata c330 - c530, tipo cartucho: compatível Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	71,33	356,65
13	Suprimentos de informática - tic	Conjunto Cartucho Toner Impressora / Copiadora	componentes: 4 recipientes de toner, cor: preto, magenta, ciano, amarelo, referência impressora: okidata c330 - c530, tipo cartucho: compatível Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	76,59	382,95
14	Suprimentos de informática - tic	Conjunto Cartucho Toner Impressora / Copiadora	componentes: 4 recipientes de toner, cor: preto, magenta, ciano, amarelo, referência impressora: okidata c330 - c530, tipo cartucho: compatível Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	91,95	459,75
15	SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA - TIC	CONJUNTO CARTUCHO TONER IMPRESSORA / COPIADORA	COMPONENTES: 4 RECIPIENTES DE TONER, COR: PRETO, MAGENTA, CIANO, AMARELO, REFERÊNCIA IMPRESSORA: OKIDATA C330 - C530, TIPO CARTUCHO: COMPATÍVEL Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	66,67	333,35
16	Suprimentos de informática - tic	Conjunto Cartucho Toner Impressora / Copiadora	componentes: 4 recipientes de toner, cor: preto, magenta, ciano, amarelo, referência impressora: okidata c330 - c530, tipo cartucho: compatível Unidade de fornecimento: Unidade	3,00	470,00	1.410,00
17	Suprimentos de informática - tic	Tinta Impressora	aplicação: impressora hp jato de tinta, séries 700/800/900, carga: cartucho, cor: multicolor Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	490,00	2.450,00
18	Equipamentos de controle elétrico	Estabilizador Tensão	aplicação: regulação automática do nível de tensão, capacidade: 50, características adicionais: regulação: ±10%, escalas de 5% e 10%, frequência: 60, normas técnicas: abnt nbr 14373 5356, tensão alimentação entrada: 220 / trifásico Unidade de fornecimento: Unidade	3,00	3.305,03	9.915,09
19	Baterias nao recarregáveis	Pilha	modelo: p/ aparelho auditivo, 675, sistema eletroquímico: zinco, tensão nominal: 1,45 Unidade de fornecimento: Embalagem	10,00	84,90	849,00
20	Baterias nao recarregáveis	Pilha	modelo: p/ aparelho auditivo, 675, sistema eletroquímico: zinco, tensão nominal: 1,45 Unidade de fornecimento: Embalagem	10,00	77,22	772,20
21	Peças e acessórios para computadores	Teclado Microcomputador	conectividade: com fio, tipo: linha braille, tipo conector: usb Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	65,67	131,34
22	Peças e acessórios para computadores	Mouse Computador	conectividade: sem fio, sensor: led, tamanho: padrão, tipo conector: bluetooth, conector usb-c lightning Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	83,84	167,68
23	Filtros e redes	Filtro Linha	características adicionais: chave liga/desliga, fusível 7a, quantidade saída: 6 tomadas mod.universal, tensão alimentação: 110/220 Unidade de fornecimento: Unidade	3,00	57,17	171,51
24	Mobiliário para escritório	Escrivaninha	altura: 75, largura: 2,20, material: madeira mdf, padrão acabamento: laca, profundidade: 70, revestimento: couro Unidade de fornecimento: Unidade	1,00	2.691,18	2.691,18
25	Equipamentos de entrada de dados	Scanner	aplicação: controle de qualidade de peças, características adicionais: precisão 0,025 mm, 1.300.000 medições/s, compatibilidade: solidworks, nx, solid edge, interface: usb 3.0, software: vxelements, tipo: 3d portátil, tipo digitalização: 22 linhas lasers azuis Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	4.705,10	9.410,20
26	Mobiliário para escritório	Cadeira Escritório	apoio braço: com braços reguláveis, características adicionais: encosto de cabeça e suporte lombar, cor: preta, dimensões assento: 450 x 490, dimensões encosto: 450 x 560, material assento: compensado/espuma injetada, material encosto: polipropileno telado, material estrutura: resina termoplástica injetada, material revestimento assento e encosto: couro ecológico/tecido sintético, quantidade pés: 5, tipo base: giratória com 5 rodízios duplos, tipo encosto: espaldar alto c/ apoio de cabeça Unidade de fornecimento: Unidade	6,00	852,00	5.112,00

- **Segurança da Informação e Proteção Contra Riscos Cibernéticos:** O suporte técnico adequado também inclui a implementação de soluções de segurança, como atualizações de antivírus, configurações de firewall e correção de vulnerabilidades. Esses serviços são fundamentais para proteger os dados sensíveis da organização, prevenindo ataques cibernéticos, roubo de informações e outros incidentes relacionados à segurança digital.
- **Atendimento Rápido e Especializado:** Em casos de falhas inesperadas, é crucial contar com um serviço de suporte técnico ágil e capacitado para resolver rapidamente os problemas, garantindo que os usuários voltem a trabalhar com os equipamentos em pleno funcionamento. A presença de um suporte especializado proporciona respostas rápidas e soluções eficazes.
- **Compliance e Conformidade com Normas de TI:** A manutenção regular dos sistemas e dos aparelhos também contribui para o cumprimento das normas de segurança e regulamentos de tecnologia da informação, essenciais para o bom funcionamento de uma organização que lida com dados sensíveis, como informações pessoais, financeiras ou corporativas.
- **Apoio na Implementação de Novas Tecnologias:** Profissionais especializados podem contribuir para a implementação de novos sistemas e tecnologias, além de fornecer orientação contínua para otimizar o uso dos equipamentos. Essa assistência permite que a organização se mantenha competitiva e aproveite ao máximo as inovações tecnológicas.

Dessa forma, a contratação de serviços de suporte e manutenção de aparelhos de informática é uma medida estratégica para assegurar a eficiência, segurança, e a continuidade das operações da organização, garantindo que os recursos tecnológicos estejam sempre disponíveis e funcionando adequadamente.

3. Materiais/Serviços

3.1 Materiais

Nº do item	Classe	PDM	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Computadores	Microcomputador	armazenamento hdd: sem disco hdd, armazenamento ssd: até 2 tb, componentes adicionais: com teclado e mouse, gabinete: torre, garantia on site: superior a 36, memória ram: superior a 8, monitor: sem monitor, núcleos por processador: superior a 8, outros recursos: conforme edital, sistema operacional: proprietário Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	8.463,73	16.927,46
2	Peças e acessórios para computadores	Monitor Computador	ajuste: sem ajustes de regulagem, alimentação: bivolt, formato tela: ultrawide, garantia on site: superior a 36, interatividade da tela: sem interatividade, qualidade de imagem: 4 k, tamanho tela: 41 a 55, tipo de tela: oled Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	943,35	1.886,70
3	Computadores	Notebook	alimentação: bivolt automática, armazenamento hdd: 1, armazenamento ssd: sem disco ssd, bateria: definido pelo fabricante, garantia on site: 12, interatividade da tela: sem interatividade, memória ram: 4 a 8, núcleos por processador: superior a 8, sistema operacional: proprietário, tela: até 14 Unidade de fornecimento: Unidade	3,00	7.200,89	21.602,67
4	Sacos e bolsas	Bolsa Transporte	aplicação: equipamento de informática, modelo: computador notebook, referência: 14" Unidade de fornecimento: Unidade	3,00	316,08	948,24
5	Computadores	Tablet	armazenamento externo: sem armazenamento externo, armazenamento interno: superior a 32, conectividade: wi-fi / 5g / bluetooth, câmera frontal: superior a 8, câmera traseira: 8,1 a 13, memória ram: mínimo 8, processador: octa core ou superior, sistema operacional: open source, tela: superior a 10 Unidade de fornecimento: Unidade	5,00	1.613,75	8.068,75
6	Impressoras	Impressora Jato Tinta	características adicionais: 4 cartuchos, impressão, cópia, digitalização, compatibilidade: windows/mac os, conectividade: usb 3.0, usb direct, wireless, ethernet e wi-fi di, dimensão máxima folhas: 91,4 cm, formato papel: a4 e rolo, frequência: 50/60, resolução impressão: 2400 x 1200, tensão alimentação: 100/240, tipo: plotter, tipo papel: a1/d, velocidade impressão preto e branco: 22 Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	4.304,85	8.609,70
7	Equipamentos de armazenamento de dados	Disco Magnético	aplicação: servidor storage, características adicionais: raid, interface: sata iii, memória: 10, modelo: hd nas, tamanho: 26.11 x 101.85 x 146.99, tipo: interno, velocidade mínima disco: 7200, velocidade transferência: 6.0 Unidade de fornecimento: Unidade	2,00	748,75	1.497,50
8	Peças, acessórios e ferramentas para redes de tic	Cabo Rede Computador	aplicação: rede de informática, características adicionais: duplex om4 lc-upc/lc-upc, comprimento: 20, padrão cabeamento: om4, referência fabricante: furukawa - 35201020, tipo cabo: patch cord Unidade de fornecimento: Metro	50,00	4,68	234,00
9	Peças e	Caneta Memória		20,00	41,72	834,40

3.2 Serviços

Nº do item	Grupo	Descrição	Qtd	Val. unit. (R\$)	Val. total (R\$)
1	Serviços De Manutenção E Instalação De Equipamentos De Tic	Serviços de Manutenção e Reparação de Computadores e seus Periféricos	200,00	172,63	34.526,00

4. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

SERGIO
FERNANDES:
58084363972

Assinado de forma
digital por SERGIO
FERNANDES:5808436
3972
Dados: 2025.02.27
11:01:21 -03'00'

SERGIO FERNANDES

Contador

5. Acompanhamento

IdAcompanhamento

1 Surgiu uma necessidade maior do que a prevista no PCA, tendo em vista que foi contratado um novo servidor e os novos Vereadores que assumiram fazem uso da tecnologia.

2 Autorizado.

3 Surgiu uma demanda maior do que o previsto no PCA, tendo em vista que foi contratado mais um servidor e os novos vereadores que entraram fazem uso de tecnologia.

Responsável	Data
LENILCE	27/02
VITORIANO	/2025 10:02
ANTENOR CARLOS	27/02
DA MOTTA	/2025 09:58
LENILCE	27/02
VITORIANO	/2025 09:54

6. Relacionamentos

Nenhum relacionamento encontrado.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

Três Barras do Paraná, 27 de fevereiro de 2025.

Ofício Especial,

Senhora,

Venho por meio deste, informar que conforme a solicitação do Presidente desta Casa de Leis, no Ofício Especial com data de 17/02/2025, a fim de instruir o processo licitatório/dispensável, conforme a Lei Orçamentária nº 2.784/2024 de 18/12/2024, existe dotação orçamentária suficiente para a contabilização informada no orçamento.

01.0101- Câmara Municipal;

0103100012.001.000 – Manutenção das Atividades Legislativas;

44.90.52.35.00.00 – EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS.

33.90.39.20.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS.


Sérgio Fernandes
Técnico Contábil
CRC/PR Nº 029532

Sr^a. Lenilce Vitoriano
Agente de Contratação



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE IMPACTO FINANCEIRO

De acordo com o ofício especial em nome do Presidente do Legislativo datado em 05/02/2025, referente ao trâmite do processo ao qual tem como objeto os serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o Legislativo e da informação do responsável pela Contabilidade da Câmara Municipal da existência de dotação orçamentária para a sua contabilização, informa-se que o valor da contratação é de até R\$ R\$ 134.526.98 anual.

O valor será pago à vista, conforme o recebimento de cada produto/serviço. Portanto esses números estão dentro dos limites do orçamento desta Câmara Municipal e estão compatíveis com as nossas condições financeiras, podendo ser devidamente suportado sem que ela cause prejuízo às ações em execução, e atende o que dispõe o artigo 16 da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Três Barras do Paraná, 27 de fevereiro de 2025.

Beatriz Faria de Paula
Primeira Secretário

Estudo Técnico Preliminar 1/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 02

2. Descrição da necessidade

ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Considerando as atuais demandas operacionais da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, bem como a necessidade de atualização tecnológica para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, segue os principais motivos que tornam imprescindível a compra de novos equipamentos e materiais:

- **Necessidade de Atualização Tecnológica:** Alguns dos equipamentos atuais estão obsoletos e apresentam falhas frequentes, o que compromete o desempenho das atividades e aumenta o tempo de resposta das tarefas. A substituição por novos materiais proporcionará um aumento significativo na eficiência e na qualidade do trabalho realizado.
- **Aumento da Demanda:** Com o crescimento das atividades da Câmara, tendo em vista a contratação de mais um servidor, tornou-se necessário expandir a capacidade operacional, o que exige a aquisição de novos equipamentos para atender à crescente demanda de trabalho.
- **Melhoria da Produtividade:** Equipamentos de informática mais modernos são essenciais para otimizar o tempo de execução de tarefas, reduzir erros e permitir maior agilidade nos processos internos, o que impacta positivamente nos resultados e na satisfação dos colaboradores.
- **Suporte às Novas Tecnologias:** A implementação de novas ferramentas e softwares exigirá a atualização dos equipamentos, garantindo compatibilidade e a possibilidade de integrar as soluções mais modernas disponíveis no mercado.
- **Redução de Custos de Manutenção:** Equipamentos obsoletos geralmente demandam um volume maior de manutenção, o que eleva os custos operacionais. A aquisição de novos materiais, com tecnologia atualizada, reduzirá esses custos a longo prazo.
- **Apoio à Inovação e Capacitação:** A aquisição de novos materiais é fundamental para a realização de treinamentos mais eficientes, o que contribuirá para o desenvolvimento contínuo da equipe e a adaptação às mudanças do mercado.
- **Abastecimento dos equipamentos:** A aquisição de materiais de abastecimento de determinados equipamentos é essencial, tendo em vista que impressoras precisam de tinta, de tonner, os computadores necessitam muitas vezes de HD, pendrive, pilhas para controles, entre outros. Sendo assim é imprescindível a compra desses materiais para o uso eficaz dos equipamentos.

Além da futura aquisição de novos equipamentos se faz necessário também a contratação de serviços suporte e manutenção para esses aparelhos, justamente para que não causem prejuízos tão cedo como já aconteceu. Sendo assim é importante entender que a manutenção e o suporte técnico para informática têm como pontos positivos:

- **Garantia de Continuidade Operacional:** Os equipamentos de informática são essenciais para a realização das atividades cotidianas e operacionais da organização. A falta de manutenção

preventiva e suporte adequado pode ocasionar paradas inesperadas, que afetam diretamente a produtividade e o desempenho dos colaboradores. A contratação de serviços especializados assegura a continuidade das operações sem interrupções significativas.

- **Redução de Custos com Reparos e Substituições:** A manutenção preventiva pode evitar falhas graves nos equipamentos, o que resulta em custos elevados com reparos emergenciais ou até mesmo a necessidade de substituição de aparelhos. Serviços especializados de suporte e manutenção aumentam a vida útil dos aparelhos e previnem gastos excessivos com a compra de novos dispositivos.
- **Melhoria no Desempenho e Eficiência dos Equipamentos:** Manutenções periódicas e ajustes feitos por profissionais qualificados garantem que os equipamentos funcionem com a máxima eficiência, evitando lentidão ou travamentos. Isso impacta diretamente na produtividade dos colaboradores, reduzindo o tempo de inatividade e otimizando o desempenho das ferramentas de trabalho.
- **Segurança da Informação e Proteção Contra Riscos Cibernéticos:** O suporte técnico adequado também inclui a implementação de soluções de segurança, como atualizações de antivírus, configurações de firewall e correção de vulnerabilidades. Esses serviços são fundamentais para proteger os dados sensíveis da organização, prevenindo ataques cibernéticos, roubo de informações e outros incidentes relacionados à segurança digital.
- **Atendimento Rápido e Especializado:** Em casos de falhas inesperadas, é crucial contar com um serviço de suporte técnico ágil e capacitado para resolver rapidamente os problemas, garantindo que os usuários voltem a trabalhar com os equipamentos em pleno funcionamento. A presença de um suporte especializado proporciona respostas rápidas e soluções eficazes.
- **Compliance e Conformidade com Normas de TI:** A manutenção regular dos sistemas e dos aparelhos também contribui para o cumprimento das normas de segurança e regulamentos de tecnologia da informação, essenciais para o bom funcionamento de uma organização que lida com dados sensíveis, como informações pessoais, financeiras ou corporativas.
- **Apoio na Implementação de Novas Tecnologias:** Profissionais especializados podem contribuir para a implementação de novos sistemas e tecnologias, além de fornecer orientação contínua para otimizar o uso dos equipamentos. Essa assistência permite que a organização se mantenha competitiva e aproveite ao máximo as inovações tecnológicas.

Dessa forma, a contratação de serviços de suporte e manutenção de aparelhos de informática é uma medida estratégica para assegurar a eficiência, segurança, e a continuidade das operações da organização, garantindo que os recursos tecnológicos estejam sempre disponíveis e funcionando adequadamente.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
CONTABILIDADE	SÉRGIO FERNANDES

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos/serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/dispensa;

Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes no Edital e em seus Anexos;

Ser responsável pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais/serviços;

Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara Municipal, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos produtos/serviços;

Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender no prazo de até 01 semana, sempre que o pedido for realizado pelo setor de compras, ou em casos específicos por qualquer funcionário do Legislativo, além de demais reclamações a respeito da qualidade do fornecimento/serviços;

Comunicar por escrito ao Legislativo Municipal qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

Quanto à entrega e o recebimento dos objetos/serviços:

A entrega do produto bem como a prestação de serviços passará a contar da data da assinatura do instrumento contratual e após a emissão da Autorização / Ordem de Compras e serviços.

O arrematante vencedor deverá entregar os produtos assim como a prestação de serviços sempre que solicitado pelo Legislativo por meio da emissão da ordem de serviço/compras.

O local de entrega dos produtos e serviços deverá ser na Câmara Municipal, conforme a demanda relatada na emissão da ordem de serviço/compras, no endereço localizado na Avenida São Paulo, 452, centro, Três Barras do Paraná.4

O arrematante vencedor deverá entregar os produtos/serviços em perfeito estado e caso os produtos/serviços estejam em desacordo com o edital, a empresa terá que trocar as suas mercadorias, no prazo imediato, pois a entrega não será aceita pela fiscal e gestora de contratos e se houver recusa a empresa sofrerá os sanções previstas no edital.

A garantia do produto deverá ser de 12 meses e para a prestação de serviços a garantia será a qualidade do serviço atestado pela Fiscal e Gestora do contrato, Senhora Maria Matildes dos Santos, a qual relatará em relatório próprio a qualidade do serviço prestado.

Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também às regulamentações de órgãos tais, como Inmetro, ABNT, vigilância, entre outros solicitados no Termo de Referência.

O produto/ serviço será atestado provisoriamente pela responsável pelo recebimento de Compras, e o recebimento definitivo será feito somente após a verificação da quantidade e qualidade do mesmo.

O fornecedor que não cumprir com as obrigações estabelecidas, estará sujeito às sanções previstas no futuro edital, bem como no instrumento contratual.

Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

A empresa deve responsabilizar-se pelo descarte das embalagens, volumes ou qualquer material residual entregue com as mercadorias, bem como os restos de resíduos deixados pelos reparos que serão realizados, deixando o ambiente intacto e com boa aparência compatível com os outros ambientes.

Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Legislativo;

Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Legislativo;

Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto do futuro processo licitatório ou dispensável.

A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto do Edital, razão pela qual o fornecedor signatário do futuro contrato renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Legislativo;

É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Legislativo Municipal, ou que nele ocupe cargo de confiança, durante a vigência contratual.

É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná;

É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto do futuro Edital.

Realizar a entrega dos produtos/serviços sempre que enviado o pedido pelo Setor de Compras no máximo 01 semana, após o envio do pedido que poderá ser via e-mail ou via whatsapp, desde que comprovado o recebimento.

Garantia dos produtos de 01 ano.

5. Levantamento de Mercado

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIPTIVO	CÓDIGO CATMAT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VA
01	02	UNIDADES	COMPUTADOR AVANÇADO PLUS COMPATÍVEL COM CORE I7 10ª GERAÇÃO OU EQUIVALENTE/SUPERIOR; 2 PENTES DE 8GB DE RAM DDR4 2400 MHZ OU SUPERIOR, TOTALIZANDO 16 GB; ARMAZENAMENTO COM SSD 480 GB + HD 2 TERA OU SUPERIOR; COM FONTE MÍNIMA DE 500W OU SUPERIOR, PLACA DE VÍDEO COM 4GB OU MAIS E COM NO MÍNIMO 1 ENTRADA DVI, 1 HDMI E 1 VGA; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO COM LICENÇA INCLUSA; TECLADO E MOUSE INCLUSO, GARANTIA: 01 ANO NO MÍNIMO.	478928		R\$ 8.463,73	R\$
02	02	UNIDADES	MONITOR 23.8 FHD, LED, 75 HZ, HDMI, VGA, WIDESCREEN, PRETO, TELA LPS, ANTI-REFLEXO, FULL HD.	485769		R\$ 943,35	R\$

			MÍNIMO DE 01 ANO DE GARANTIA.				
03	03	UNIDADES	NOTBOOK CORE I7 12ª GERAÇÃO, 16 GB MEMÓRIA SSD 512 GB, 14 POL	625210		R\$ 7.200,89	R\$
04	03	UNIDADES	MOCHILA DE TRANSPORTE PARA O NOTBOOK EM COURO, PRETA EXECUTIVA 15.6	390029		R\$ 316,08	R\$
05	05	UNIDADES	TABLET –TAB A9 WI FI 64GB 4GB RAM TELA 11 GRAFITE	481292		R\$ 1.613,75	R\$
06	02	UNIDADES	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TANQUE DE TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF	621155		R\$ 4.304,85	R\$
07	02	UNIDADES	HD EXTERNO PORTÁTIL 2 TB USB 3.0	602781		R\$ 748,75	R\$
08	50	METROS	CABO DE REDE U/UTP CAT 5E 4P 100% COBRE	482233		R\$ 4,68	R\$
09	20	UNIDADES	PENDRIVE 32 GB	389287		R\$ 41,72	R\$
10	05	UNIDADES	APARELHO TELEFONE SEM FIO/ MESA, COM FUNCIONAMENTO NÃO INFERIOR A 50 METROS DE DISTÂNCIA INTERNO E 100 METROS EXTERNO/ CAPACIDADE PARA ATÉ 07 RAMAIS.	360028		R\$ 200,00	R\$
11	02	UNIDADE	UNI FI ACCESS POINT U6 LONGRANGE ACCESS POINT WI-FI 6 DE ALTO DESEMPENHO COM ALCANCE DE SINAL AMPLIADO.	320365		R\$ 1.889,33	R\$
12	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO HP LASER JET P1005 NA COR PRETO	484067		R\$ 71,33	R\$
13	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET PRO MFP M127 NA COR PRETO	484067		R\$ 76,59	R\$
14	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET PRO MFP 426FDW NA COR PRETO	484067		R\$ 91,95	R\$

15	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET M1132 MFP NA COR PRETO	484067		R\$ 66,67	R\$
16	03	UNIDADES	JOGO COMPLETO ORIGINAL COM 04 TONNERS (CORES MAGENTA, CIANO, PRETO E YELLOW) PARA IMPRESSORA HP COLOR LASER JET PRO MFP M283FDW	484067		R\$ 470,00	R\$
17	05	UNIDADES	KIT TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L6270 L4260 L14150 L6191 T504 L4160	335428		R\$ 490,00	R\$
18	03	UNIDADES	NOBREACK 1500VA, ENTRADA BIVOLT, SAÍDA 110V SENOIDAL	481194		R\$ 3.305,03	R\$
19	10	PACOTES	PILHAS ALCALINA AA 1,5 V- PACOTE COM 16 UNIDADES	435129		R\$ 84,90	R\$
20	10	PACOTES	PILHAS ALCALINA AAA 1.5 V, PALITO - PACOTE COM 16 UNIDADES.	432380		R\$ 77,22	R\$
21	02	UNIDADES	TECLADO ABNT2 USB PRETO	451818		R\$ 65,67	R\$
22	02	UNIDADES	MOUSE ÓTICO SEM FIO 3000DPI USB PRETO	464166		R\$ 83,84	R\$
23	03	UNIDADES	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMADAS BIVOLT	464972		R\$ 57,17	R\$
24	01	UNIDADE	ESCRIVANINHA EM L TAMPO DE 50 MM EM MDP MESA MEDINDO 1.60 COMPRIMENTO 0.80 DE LARGURA COM GAVETEIRO LATERAL 04 GAVETAS EM MDP	607746		R\$ 2.691,18	R\$
25	02	UNIDADES	SCANNER DE SECRETÁRIA COM ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA COM SENSOR CMOS CIS DE 1 LINHA, 600 DPI, LED RGB, FRENTE/VERSO/DUPLEX, USB, 3.2 GEN1X1/USB 2.0, IEEE802.11B/G/N, 10BASE-T/100BASE-TX/1000BASE-T,	619003		R\$ 4.705,10	R\$

			VOLTAGEM 100-240 V CA (50/60 HZ), CONETIVIDADE FLEXÍVEIS COM CONETIVIDADE LAN, WI-FI E USB AO PC E DISPOSITIVOS INTELIGENTES, PROCESSAMENTO INTELIGENTE AUTOMÁTICO COM OCR E RECONHECIMENTO DE CÓDIGOS DE BARRAS E CÓDIGOS 2D, PRETO E BRANCO: 45 PPM/90 IPM A CORES: 45 PPM/90 IPM RESOLUÇÃO DE SAÍDA: 150 X 150 DPI, 200 X 200 DPI, 240 X 240 DPI, 300 X 300 DPI, 400 X 400 DPI, 600 X 600 DPI CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: APROX. 4 DIG				
26	06	UNIDADES	CADEIRA DIRETOR APROXIMAÇÃO FLIP 43103ENCOSTO EM TELA ACENTO ESPUMA INJETADA REVESTIMENTO VINIL PRETO PÉS EM ARCO ESTRUTURA SI PRETA C/BRAÇOS INTEGRADOS	458744		R\$ 852,00	R\$
27	200	HORAS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NOS MESMOS, MANUTENÇÃO FÍSICA, SUPORTE REMOTO OU TELEFÔNICO, FORMATAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS.	27103		R\$ 172,63	R\$
						TOTAL	R\$

6. Descrição da solução como um todo

Esta futura aquisição de materiais e serviços visa a solução dos problemas já mencionados na justificativa deste ETP.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Conforme já descrito no item 05 - levantamento de mercado.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 134.526,98

R\$: 134.526,98

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

É provável que em até 03 meses a compra seja realizada com indicação da modalidade de Registro de Preços, com prazo de até 12 meses para a realização da compra por item, podendo ser prorrogada por mais 12 meses desde que haja interesse por parte da administração.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Conforme o documento de formulação de Demanda previsto no PCA de 2025.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação de **material de informática** e **serviços de prestação de serviços de informática** pode trazer diversos benefícios para uma organização, seja ela pública ou privada. Esses benefícios englobam tanto a melhoria da infraestrutura tecnológica quanto a otimização dos processos internos. Alguns dos principais benefícios incluem:

1. Aumento da Eficiência Operacional

- **Material de Informática:** Equipamentos atualizados, como computadores, servidores, impressoras e outros dispositivos, permitem que os colaboradores realizem suas tarefas de maneira mais rápida e eficiente.
- **Serviços de Informática:** A manutenção preventiva e corretiva, bem como o suporte técnico especializado, evitam falhas e problemas operacionais, garantindo a continuidade dos processos.

2. Redução de Custos de Manutenção

- **Material de Informática:** A aquisição de equipamentos modernos e de qualidade tende a reduzir a necessidade de manutenção frequente, uma vez que eles são mais robustos e duráveis.
- **Serviços de Informática:** Profissionais especializados podem diagnosticar e corrigir problemas rapidamente, evitando danos maiores e prolongando a vida útil dos equipamentos.

3. Segurança da Informação

- **Material de Informática:** Equipamentos atualizados e softwares de segurança garantem uma maior proteção contra vírus, ataques cibernéticos e vazamentos de dados.
- **Serviços de Informática:** O suporte especializado pode implementar soluções de segurança mais eficazes, como criptografia, firewalls e backups regulares, reduzindo riscos de segurança.

4. Escalabilidade e Flexibilidade

- **Material de Informática:** A contratação de materiais adequados e escaláveis permite que a infraestrutura de TI se adapte ao crescimento da organização, com facilidade na expansão.

- **Serviços de Informática:** Empresas de TI oferecem soluções flexíveis que podem ser ajustadas conforme a demanda, como a adaptação a novos sistemas ou a implementação de upgrades nos equipamentos.

5. Apoio ao Desenvolvimento e Inovação

- **Material de Informática:** Equipamentos modernos permitem a implementação de novas tecnologias e inovações, como sistemas de automação, inteligência artificial e análise de dados.
- **Serviços de Informática:** Empresas de TI podem fornecer soluções personalizadas, contribuindo para o desenvolvimento de softwares e sistemas que atendam às necessidades específicas da organização.

6. Aumento da Produtividade e Colaboração

- **Material de Informática:** A infraestrutura tecnológica adequada facilita a comunicação e colaboração entre as equipes, com sistemas de videoconferência, e-mail, compartilhamento de arquivos, entre outros.
- **Serviços de Informática:** O suporte contínuo e o treinamento especializado garantem que os colaboradores possam aproveitar ao máximo as ferramentas tecnológicas disponíveis, aumentando sua produtividade.

7. Atendimento a Normas e Legislação

- **Material de Informática:** Aquisição de equipamentos compatíveis com as normas de acessibilidade, sustentabilidade e conformidade com a legislação vigente.
- **Serviços de Informática:** As empresas de TI podem fornecer consultoria para garantir que os sistemas da organização atendam a requisitos legais, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

8. Apoio à Transformação Digital

- **Material de Informática:** Facilita a adoção de novas tecnologias e plataformas, essenciais para a transformação digital da empresa.
- **Serviços de Informática:** Oferece expertise na transição para soluções digitais, ajudando na migração para sistemas mais modernos e eficientes.

9. Melhor Atendimento ao Cliente

- **Material de Informática:** Ferramentas de TI adequadas melhoram o atendimento ao cliente, seja por meio de sistemas de CRM (Customer Relationship Management) ou plataformas de comunicação.
- **Serviços de Informática:** Suporte técnico especializado pode otimizar os processos internos, impactando positivamente a experiência do cliente com respostas rápidas e soluções eficazes.

10. Gestão e Monitoramento Eficiente

- **Material de Informática:** Equipamentos e sistemas de monitoramento adequados permitem uma gestão mais eficiente dos recursos da empresa, incluindo o controle de ativos e redes.
- **Serviços de Informática:** Empresas especializadas podem implementar soluções de monitoramento remoto, garantindo que qualquer problema seja identificado e corrigido de forma proativa.

Conclusão

A contratação de **material de informática e serviços de TI** permite que as organizações se beneficiem de uma infraestrutura tecnológica robusta e de um suporte contínuo, resultando em maior produtividade, segurança, redução de custos e capacidade de inovação. Com a evolução das necessidades empresariais, essas contratações tornam-se cada vez mais essenciais para garantir a competitividade no mercado.

13. Providências a serem Adotadas

Realização do processo que seja mais vantajoso para a administração, sugerindo por meio da modalidade Pregão, sugerindo-se pelo sistema de Registro de preços.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Não temos legislação

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Favorável, tendo em vista a necessidade justificada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

ANTENOR CARLOS DA
MOTTA:80546480900
Assinado de forma digital
por ANTENOR CARLOS
DA MOTTA:80546480900
Dados: 2025.02.27
11:03:32 -03'00'

ANTENOR CARLOS DA MOTTA

Autoridade competente

LENILCE VITORIANO:06226216964
Assinado de forma digital por LENILCE VITORIANO:06226216964
Dados: 2025.02.27
11:02:55 -03'00'

LENILCE VITORIANO

Assistente Legislativo



Assinou eletronicamente em 27/02/2025 às 10:36:01.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2025
MODO DE DISPUTA - ABERTO
EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS LOCAL, REGIONAL E EXCESSÕES
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
UASG: 928898**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 9h, do dia 19 de março de 2025, no site eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, o **PREGÃO ELETRÔNICO/SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, modo de disputa **ABERTO**, objetivando a proposta mais vantajosa para a futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o Legislativo Municipal. A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados nos endereços <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://tresbarrasdoparana.pr.leg.br> ou solicitado pelo e-mail camara@tresbarrasdoparana.pr.leg.br, desde que confirmado o recebimento, em horário comercial.

Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Pregoeira no endereço ou e-mail acima mencionado.

Três Barras do Paraná, 05 de março de 2025.

ANTENOR
CARLOS DA
MOTTA:80546480
900

Assinado de forma digital
por ANTENOR CARLOS
DA MOTTA:80546480900
Dados: 2025.03.05
15:08:23 -03'00'

**Antenor Carlos da Motta
Presidente do Legislativo**

no valor máximo de R\$ 229.984,00 (duzentos e vinte e nove mil e novecentos e oitenta e quatro reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br ou no fone (44) 3645-8300

Terra Roxa - PR, 05 de março de 2025.

FERNANDA MARTINS DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:14411806

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001-2025 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Tomazina, 05 de março de 2025.

A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, **CONVOCA** os (as) candidatos (as) aprovados (as) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, conforme estabelecido pelos Editais de números 01/2025 e 05/2025, conforme descrição abaixo, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita à Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentarem os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **10 de março, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.**

O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática dos (as) candidatos (as) aprovados (as), a saber:

Cargo: "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - URBANO"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
HELINA MARIA DO PRADO BARBOSA	81 XXX XXX 99	5,00	1
ELISA MARIA RIBEIRO MASSI QUIN	072 XXX XXX 45	5,00	2
MARIA APARECIDA DOMICIANO	108 XXX XXX 25	5,00	3
ENMERUDA APARECIDA BARCELLOS	980 XXX XXX 01	5,00	4
DUCINIA FRANCISCO MEIS	014 XXX XXX 72	5,00	5
LUIS GRACIANO DA SILVA	858 XXX XXX 53	5,00	6
OSMAR APARECIDO DA SILVA	675 XXX XXX 75	5,00	7
NEIDE PEREIRA AVELAR ROELO	682 XXX XXX 72	5,00	8
J. CELIA PEREIRA MARANI	699 XXX XXX 15	5,00	9
MARIA DE LOURDES ALMEIDA GONÇ	045 XXX XXX 4	5,00	10
IVANETE DE LACINIA AZEVEDO SENE	22 XXX XXX 18	5,00	11

Documentos para Admissão:

Originais:

- (X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
- (X) Comprovante do PIS/Pasep (Deto emitido pela Caixa Econômica)
- (X) 01 Foto 3x4 (recente)
- (X) Exame Médico (agendado pelo município)
- (X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:

- (X) Carteira de Identidade
- (X) C.P.F.
- (X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
- (X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
- (X) Certidão de Casamento, quando casado
- (X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos - CRL
- (X) Certificado Militar
- (X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)

(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos à presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:43595274

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2025 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2025 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Licitação com itens exclusivos para ME, EPP e MEI e itens para Ampla Participação

Objeto: Registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para atender a Secretaria Municipal de Educação de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no EIP, IR e no Edital de Licitação.

A Prefeitura Municipal de Tomazina, torna público para conhecimento dos interessados que realizará a licitação referente ao PREGÃO ELETRÔNICO nº 07/2025, no portal: (www.bll.org.br).

Valor Total de Referência: R\$ 738.633,00 (setecentos e trinta e oito mil e seiscentos e trinta e três reais).

Abertura da Licitação: 09 horas do dia 19/03/2025.

Local da Abertura: Prefeitura Municipal de Tomazina – Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Tomazina - PR. O Edital completo está disponível no site <http://tomazina.pr.gov.br>, no PNCP no site <https://pncp.gov.br> e no portal: www.bll.org.br. Maiores esclarecimentos estarão a disposição dos interessados de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo telefone (43) 3563-1133 e pelo email: marcieletmz@gmail.com

Tomazina, 05 de março de 2025.

MARCELE ISABEL MUNARO
Pregoeira

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:32505118

ESTADO DO PARANÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

**PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2025**

MODO DE DISPUTA - ABERTO

EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS LOCAL, REGIONAL E EXCESSÕES

**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
UASG: 928898**

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ torna público que fará realizar, às 9h, do dia 19 de março de 2025, no site eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pi-br>, o **PREGÃO ELETRÔNICO/SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** tipo

MENOR PREÇO UNITÁRIO, modo de disputa ABERTO, objetivando a proposta mais vantajosa para a futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o Legislativo Municipal. A íntegra do instrumento convocatório e seus respectivos modelos, anexos, poderão ser examinados nos endereços <https://www.gov.br/compras/pi-br> e <http://tresbarrasdo-parana.pr.leg.br> ou solicitado pelo e-mail

camara@tresbarrasdo-parana.pr.leg.br, desde que confirmado o recebimento, em horário comercial. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados à Pregoeira no endereço ou e-mail acima mencionado.

Três Barras do Paraná, 05 de março de 2025

ANTENOR CARLOS DA MOTTA

Presidente do Legislativo

Publicado por:

Lenilce Vitoriano

Código Identificador:16D47616

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6314/2025

DECRETO Nº6314/2025

Concurso Público nº. 001/2023

Data 05.03.2025

Súmula. Nomeia servidores em estágio probatório, aprovados através do Concurso Público nº 001/2023 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o resultado final do Concurso Público nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 5541/2023, Lei Municipal 2626/2024 e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os servidores em estágio probatório, aprovados através do concurso público nº 001/2023, para compor o quadro de servidores efetivos do Município de Três Barras do Paraná, conforme abaixo identificados:

Motorista

Nome	Matrícula Funcional	Símbolo
Valkir Sa da Rocha	0720451	25a. Oficial

Operador de Máquinas

Nome	Matrícula Funcional	Símbolo
Fabio Carvalho Ramos	0720201	01a. Oficial

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 05 de março de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Marlee Cristina Mariano

Código Identificador:1425452B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº6313/2025

DECRETO Nº6313/2025

Data 28.02.2025

Súmula. Exonera a Pedido, Servidora em Estágio Probatório Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o requerimento da servidora.

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada a pedido, a servidora em estágio probatório, Senhora **Gabriela Letícia Bonamigo**, ocupante do cargo de Médico 40h, sob a matrícula funcional nº 1610-11, aprovada através do Concurso Público nº 001/2023 e nomeada pelo Decreto nº 5910/2024.

Parágrafo único. Fica declarada a vacância do cargo de Médico 40h.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 28 de fevereiro de 2025.

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito

Publicado por:

Marlee Cristina Mariano

Código Identificador:19CE160C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO 6315/25

DECRETO Nº6315/2025

Data 05.03.2025

Súmula. Prorroga Licença Maternidade a Servidora Efetiva Temporária Municipal e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o contido no art. 63, § 1º da Lei Municipal 2626/2024 e considerando requerimento da interessada.

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogada a Licença Maternidade por mais 60 (sessenta) dias, para servidora conforme abaixo descrita:

Matrícula	Nome	Cargo	Período da Licença
1112	Edilaine Rosa Ribeiro	Professor	03/03/2025 a 01/04/2025

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 05 de março de 2025

GERSO FRANCISCO GUSSO

Prefeito Municipal

Publicado por:

Marlee Cristina Mariano

Código Identificador:458B6F38

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EDITAL Nº. 136/2025

EDITAL Nº. 136/2025

05/03/2025

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2023

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando o Edital nº 001/2023 e o Decreto de Homologação nº 5541/2023.

TORNA PÚBLICO.

A convocação da aprovada no **CONCURSO PÚBLICO** nº 001/2023, em seu respectivo cargo, conforme abaixo relacionada:

MÉDICO 40H

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2025
MODO DE DISPUTA - ABERTO
EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS LOCAL, REGIONAL E EXCESSÕES
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, sediada à Avenida São Paulo 452, na cidade de Três Barras do Paraná/PR, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO SRP, na forma ELETRÔNICA, Modo de disputa ABERTO, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, IN - SEGES Nº 6 de 10 de novembro de 2023, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal 001/2014 de 28 de Outubro de 2014, com alterações dadas pelas Leis Complementares 03/2021 de 27 de Maio de 2021, Lei Complementar nº 04/2022 de 13 de Julho de 2022, Lei Complementar Municipal nº 003/2023, de 21 de agosto de 2023 e Lei Complementar Municipal Nº 005/2023, de 05 de setembro de 2023. Resolução Nº 20/2022, Resolução Nº 04/2023, Resolução Nº 10/2023 e Resolução Nº 02/2024. O presente documento contempla as informações publicadas no sítio "Portal de Compras do Governo Federal" (ComprasGov) e deve ser considerado como parte integrante do mesmo.

Data da sessão: 19/03/2025

Horário: 09:00 horas

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o Legislativo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será dividida por item, conforme tabela constante do Termo de Referência. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Legislativo para o exercício de 2025, indicada abaixo:

- 44.90.52.35.00.00 – EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
- 33.90.39.20.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço <https://www.gov.br/compras/pt-br>, no campo, **"FORNECEDOR BRASILEIRO"**.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e **mantê-los atualizados** junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. DA EXCLUSIVIDADE PARA MEI, ME, EPP E EQUIPARADAS LOCAL, REGIONAL E EXCEÇÕES

4.1.1. O benefício concedido às MEs, MEIs e EPPs visa a promoção de fomento da economia regional, desenvolvimento econômico/social e ampliação de eficiência de políticas públicas, às Empresas sediadas no município e região, estando em consonância com o disposto do Artigo 47 e Artigo 48 da Lei Complementar n.º 123/2006; Lei Complementar Municipal 001/2014 de 28 de Outubro de 2014, com alteração dada pela Lei Complementar 03/2021 de 27 de Maio de 2021, Lei Complementar n.º 04/2022 de 13 de Julho de 2022, Lei Complementar n.º 003/2023, de 21 de agosto de 2023 e Lei Complementar n.º 005/2023, de 05 de setembro de 2023 e Prejulgado 027 - TCE/PR.

4.1.2. A restrição adotada no presente certame é ato discricionário da Administração, e encontra respaldo legal e jurisprudencial, visto que há no limite geográfico da região diversas empresas cujo ramo/atividade são pertinentes a licitação. **A PARTICIPAÇÃO É RESTRITA PARA AS EMPRESAS QUE TIVEREM SEDE NO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, SENDO QUE, NÃO HAVENDO, PODERÃO PARTICIPAR REGIONAIS CONFORME DELIMITADAS, E, INEXISTINDO, ABERTA AS ME, MEIs E EPPS COM SEDE EM OUTRAS REGIÕES.**

4.1.3. Podem participar da disputa deste Pregão Eletrônico, os Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e equiparadas sediadas nos Municípios **do Oeste do Paraná (AMOP): Alto Piquiri, Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Brasilândia do Sul, Cafelândia, Campo Bonito, Cantagalo, Capanema, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Oeste, Diamante do Sul, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Francisco Alves, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Planalto, Quatro Pontes, Quedas do Iguaçu, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza D'oeste, Santa Terezinha do Itaipu, São José Das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssí, Ubatã, Vera Cruz do Oeste. Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP): Ampére, Barracão, Bela Vista da Caroba, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Bom Sucesso do Sul, Capanema, Chopinzinho, Clevelândia, Coronel Domingos Soares, Coronel Vivida, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Honório Serpa, Itapejara do Oeste, Manfrinópolis, Mangueirinha, Mariópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Palmas, Pato Branco, Pérola do Oeste, Pinhal de São Bento, Planalto, Pranchita, Realeza, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santa Izabel do Oeste, Santo Antônio**

do Sudoeste, São João, São Jorge D'Oeste, Saudade do Iguacu, Sulina, Verê, Vitorino.

O TCE/PR em seu acórdão 820/2020 diz que: "havendo legislação municipal específica sobre a matéria, não há necessidade de constar no certame a justificativa para a restrição territorial, já que por lei por si só, observados os aspectos do Prejulgado nº 27, apresenta-se como motivação suficiente".

Ainda assim, a justificativa encontra-se presente do edital para que não haja dúvidas.

Também se justifica a exclusividade pelo motivo das compras serem em quantidades pequenas, de acordo com a necessidade do Legislativo e isso dificulta que empresas de fora possam estar vindo com frequência pra prestar serviços e para realizar a entrega muitas vezes de um único produto pelo custo de viagem, entre outros fatores.

4.1.4. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que de preferência, estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.5. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.1.5.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.1.5.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.1.5.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa judicialmente;

4.1.5.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.5.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata possuem processo de dissolução ou liquidação;

4.1.5.6. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio.

4.1.6. Como condição para participação no Pregão SRP, a licitante assinalará "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.1.6.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.1.6.2. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.1.6.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.1.6.4. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.1.6.5. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.6.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.6.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2. A participação na disputa é exclusivamente destinada à Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município de Três Barras do Paraná, e não existindo o número mínimo que é de 03 empresas, abre para as empresas das regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná e ainda não existindo o número mínimo abre para as exceções.

5. DO ENVIO / APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ANEXOS NO SISTEMA

5.1. A proposta inicial deverá ser preenchida exclusivamente no sistema. A proposta final ajustada e os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1. Valor unitário e total do item;

5.2.2. Marca;

5.2.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo e prazo de garantia;

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.7. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

5.7.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.8. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF. A documentação de habilitação técnica deverá ser protocolada no sistema eletrônico ou apresentada ao pregoeiro quando solicitado via sistema no prazo de 02 horas.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.2. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

6.3. A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.4. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.5. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.6. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.7. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.8. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

6.9. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.10. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.11. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.12. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.13. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 5,00.

6.14. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.15. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.16. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.17. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

6.18. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá a pregoeira, assessorada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.19. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.20. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.21. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.22. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.23. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.24. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.25. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133, de 2021, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

6.24.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.24.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

6.24.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.24.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.24.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.24.6. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.24.7. Empresas brasileiras;

6.24.8. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.24.9. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

6.25.1. Caso não seja possível, a Pregoeira fará o sorteio.

6.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.27. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.28. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta ajustada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.29. Na fase de negociação a empresa terá o prazo de 02 horas para aceitar ou não o valor proposto pela Pregoeira, sendo de responsabilidade da empresa acompanhar a plataforma para que não perca o prazo quando da solicitação de envio de documento. Concluída a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

7.2. **Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.**

7.2.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

7.5. A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

7.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.8. Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

7.9. A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.10. Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.11. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União;
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
- e) Cadastro de Impedidos de Licitar, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCE-PR.

8.2. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre sanção, a Pregoeira reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.6. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

8.7. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até a data prevista para recebimento das propostas;

8.8. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

8.9. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Pregoeira lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

8.10. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

8.11. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.12. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.13. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.14. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.15. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

8.15.1. Habilitação jurídica:

8.15.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

8.15.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.15.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.15.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.15.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.15.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.15.1.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.15.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.15.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.15.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5 452, de 1º de maio de 1943;

8.15.2.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.15.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual e/ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.15.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.15.2.9. Para efeito de verificação da validade das certidões de regularidade fiscal, se outro prazo não constar da lei ou nos próprios documentos, serão considerados válidos os documentos emitidos no período de 60 (sessenta) dias que antecedem a data da sessão do Pregão SRP.

8.15.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.15.3.1. Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo Distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar no documento.

8.16. Caso haja vencimento dos documentos fiscais, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17. A não-regularização no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.18. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.19. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

8.21. Atestado de Capacidade Técnica;

8.22. Demais documentos.

9. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

9.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

9.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

9.1.3. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução da Ata de registro de Preços e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

9.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

9.1.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12º da Lei nº 14.133/21).

9.1.6. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

9.1.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

9.1.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

9.1.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10. DOS RECURSOS

10.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

10.2. Havendo quem se manifeste, caberá à Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.3. Nesse momento a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.4. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

10.5. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.6. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.7. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de registro de Preços, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório, sendo responsabilidade do licitante acompanhar as notificações.

11.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DE EXECUÇÃO

13.1. Não haverá garantia, embora incida as Sansões em caso de descumprimento contratual da Ata.

14. DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nele fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata SRP poderá ser prorrogado por mais 05 dias, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4. Será formalizada a Ata de registro de Preços para o item constante no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, a respectiva quantidade, o preço registrado e demais condições.

14.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do Legislativo, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.6. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.7. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.8. Na assinatura da Ata de registro de Preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

14.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital, ou se recusar a assinar a Ata SRP, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o documento.

15. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

15.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor da Ata de Registro de Preços são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação dos produtos e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

19.1. As descritas no Termo de Referência

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail camara@tresbarrasdo paran a.pr.leg.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço

Avenida São Paulo, 452, Câmara Municipal, na cidade de Três Barras do Paraná/PR, Departamento de Licitações.

20.3. Caberá à Pregoeira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados à Pregoeira, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6. A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, mas poderão serem alterados caso entenda prudente.

20.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo de licitação.

20.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Da sessão pública do Pregão SRP divulgar-se-á no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pela Pregoeira.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4. No julgamento das propostas e da habilitação, a Pregoeira poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Câmara.

21.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, por meio de solicitação no endereço eletrônico camara@tresbarrasdoparana.pr.leg.br, e disponível nos sites <https://www.gov.br/compras/pt-br> e <http://tresbarrasdoparana.pr.leg.br/> e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço: Avenida São Paulo, 452, Três Barras do Paraná/PR, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

21.12.2. ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

Três Barras do Paraná, 27 de fevereiro de 2025.
ANTENOR Assinado de forma digital por ANTENOR CARLOS DA MOTTA:80546480900
CARLOS DA Dados: 2025.02.27
MOTTA:80546 11:05:37 -03'00'
480900

Antenor Carlos da Motta
Presidente

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2025
EXCLUSIVA PARA ME/EPP E EQUIPARADAS LOCAL, REGIONAL E EXCESSÕES
MODO DE DISPUTA - ABERTO
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

A presente licitação é exclusiva para Microempresas (ME) e Pequenas Empresas (EPP), conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal 001/2014 de 28 de outubro de 2014, com alteração dada pela Lei Complementar 03/2021 de 27 de maio de 2021, Lei Complementar nº 04/2022 de 13 de julho de 2022, Lei Complementar Municipal nº 003/2023, de 21 de agosto de 2023 e Lei Complementar Municipal Nº 005/2023, de 05 de setembro de 2023. Resolução Nº 20/2022, Resolução Nº 04/2023 e Resolução Nº 10/2023 e Resolução Nº 02/2024.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para futura contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o Legislativo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIPTIVO	CÓDIGO CATMAT	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	02	UNIDADES	COMPUTADOR AVANÇADO PLUS COMPATÍVEL COM CORE I7 10ª GERAÇÃO OU EQUIVALENTE/SUPERIOR; 2 PENTES DE 8GB DE RAM DDR4 2400 MHZ OU SUPERIOR; TOTALIZANDO 16 GB; ARMAZENAMENTO COM SSD 480 GB + HD 2 TERA OU SUPERIOR; COM FONTE MÍNIMA DE 500W OU SUPERIOR, PLACA DE VÍDEO COM 4GB OU MAIS E COM NO MÍNIMO 1 ENTRADA DVI, 1 HDMI E 1 VGA; SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO COM LICENÇA INCLUSA; TECLADO E MOUSE INCLUSO, GARANTIA: 01 ANO NO MÍNIMO.	478928		R\$ 8.463,73	R\$ 16.927,46
02	02	UNIDADES	MONITOR 23.8 FHD, LED, 75 HZ, HDMI, VGA, WIDESCREEN, PRETO, TELA LIPS, ANTI-REFLEXO, FULL HD. MÍNIMO DE 01 ANO DE GARANTIA.	485769		R\$ 943,35	R\$ 1.886,70
03	03	UNIDADES	NOTBOOK CORE I7 12ª GERAÇÃO, 16 GB MEMÓRIA SSD 512 GB, 14 POL	625210		R\$ 7.200,89	R\$ 21.602,67
04	03	UNIDADES	MOCHILA DE TRANSPORTE PARA O NOTBOOK EM COURO, PRETA EXECUTIVA 15.6	390029		R\$ 316,08	R\$ 948,24
05	05	UNIDADES	TABLET –TAB A9 WI FI 64GB 4GB RAM TELA 11 GRAFITE	481292		R\$ 1.613,75	R\$ 8.068,75

06	02	UNIDADES	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - TANQUE DE	621155		R\$ 4.304,85	R\$ 8.609,70
07	02	UNIDADES	TINTA COLORIDA USB WI-FI ADF HD EXTERNO PORTÁTIL 2 TB USB 3.0	602781		R\$ 748,75	R\$ 1.497,50
08	50	METROS	CABO DE REDE U/UTP CAT 5E 4P 100% COBRE	482233		R\$ 4,68	R\$ 234,00
09	20	UNIDADES	PENDRIVE 32 GB	389287		R\$ 41,72	R\$ 834,40
10	05	UNIDADES	APARELHO TELEFONE SEM FIO/ MESA, COM FUNCIONAMENTO NÃO INFERIOR A 50 METROS DE DISTÂNCIA INTERNO E 100 METROS EXTERNO/ CAPACIDADE PARA ATÉ 07 RAMAIS.	360028		R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
11	02	UNIDADE	UNI FI ACESS POINT U6 LONGRANGE ACESS POINT WI-FI 6 DE ALTO DESEMPENHO COM ALCANCE DE SINAL AMPLIADO.	320365		R\$ 1.889,33	R\$ 3.778,66
12	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO HP LASER JET P1005 NA COR PRETO	484067		R\$ 71,33	R\$ 356,65
13	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET PRO MFP M127 NA COR PRETO	484067		R\$ 76,59	R\$ 382,95
14	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET PRO MFP 426FDW NA COR PRETO	484067		R\$ 91,95	R\$ 459,75
15	05	UNIDADES	TONNER COMPATÍVEL PARA IMPRESSORA MODELO LASER JET M1132 MFP NA COR PRETO	484067		R\$ 66,67	R\$ 333,35
16	03	UNIDADES	JOGO COMPLETO ORIGINAL COM 04 TONNERS (CORES MAGENTA, CIANO, PRETO E YELLOW) PARA IMPRESSORA HP COLOR LASER JET PRO MFP M283FDW	484067		R\$ 470,00	R\$ 1.410,00
17	05	UNIDADES	KIT TINTA ORIGINAL PARA IMPRESSORA EPSON L6270 L4260 L14150 L6191 T504 L4160	335428		R\$ 490,00	R\$ 2.450,00
18	03	UNIDADES	NOBREACK 1500VA, ENTRADA BIVOLT, SAÍDA 110V SENOIDAL	481194		R\$ 3.305,03	R\$ 9.915,09
19	10	PACOTES	PILHAS ALCALINA AA 1,5 V- PACOTE COM 16 UNIDADES	435129		R\$ 84,90	R\$ 849,00
20	10	PACOTES	PILHAS ALCALINA AAA 1,5 V, PALITO - PACOTE COM 16 UNIDADES.	432380		R\$ 77,22	R\$ 772,20
21	02	UNIDADES	TECLADO ABNT2 USB PRETO	451818		R\$ 65,67	R\$ 131,34
22	02	UNIDADES	MOUSE ÓTICO SEM FIO 3000DPI USB PRETO	464166		R\$ 83,84	R\$ 167,68

23	03	UNIDADES	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMADAS BIVOLT	464972		R\$ 57,17	R\$ 171,51
24	01	UNIDADE	ESCRIVANINHA EM L TÁMPO DE 50 MM EM MDP MESA MEDINDO 1.60 COMPRIMENTO 0.80 DE LARGURA COM GAVETEIRO LATERAL 04 GAVETAS EM MDP	607746		R\$ 2.691,18	R\$ 2.691,18
25	02	UNIDADES	SCANNER DE SECRETÁRIA COM ALIMENTAÇÃO AUTOMÁTICA COM SENSOR CMOS CIS DE 1 LINHA, 600 DPI, LED RGB, FRENTE/VERSO/DUPLEX, USB, 3.2 GEN1X1/USB 2.0, IEEE802.11B/G/N, 10BASE-T/100BASE-TX/1000BASE-T, VOLTAGEM 100-240 V CA (50/60 HZ), CONETIVIDADE FLEXÍVEIS COM CONETIVIDADE LAN, WI-FI E USB AO PC E DISPOSITIVOS INTELIGENTES, PROCESSAMENTO INTELIGENTE AUTOMÁTICO COM OCR E RECONHECIMENTO DE CÓDIGOS DE BARRAS E CÓDIGOS 2D. PRETO E BRANCO: 45 PPM/90 IPM A CORES: 45 PPM/90 IPM RESOLUÇÃO DE SAÍDA: 150 X 150 DPI, 200 X 200 DPI, 240 X 240 DPI, 300 X 300 DPI, 400 X 400 DPI, 600 X 600 DPI CICLO DE TRABALHO DIÁRIO: APROX. 4 DIG	619003		R\$ 4.705,10	R\$ 9.410,20
26	06	UNIDADES	CADEIRA DIRETOR APROXIMAÇÃO FLIP 43103ENCOSTO EM TELA ACENTO ESPUMA INJETADA REVESTIMENTO VINIL PRETO PÉS EM ARCO ESTRUTURA SI PRETA C/BRAÇOS INTEGRADOS	458744		R\$ 852,00	R\$ 5.112,00
27	200	HORAS	ASSISTÊNCIA TÉCNICA E INSTALAÇÃO DE COMPUTADORES, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NOS MESMOS, MANUTENÇÃO FÍSICA, SUPORTE REMOTO OU TELEFÔNICO, FORMATAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE PROGRAMAS.	27103		R\$ 172,63	R\$ 34.526,00
						TOTAL	R\$ 134.526,98

OBSERVAÇÃO: Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE COMPRASNET, "SIASG", prevalecerá sempre, a descrição deste edital.

1.2. O custo estimado da contratação é de até R\$ 134.526,98. Os valores unitários deverão ser respeitados por item, não podendo o limite ser ultrapassado.

1.3. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. (Art. 84 da Lei 14.133/2021).

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Considerando as atuais demandas operacionais da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, bem como a necessidade de atualização tecnológica para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços prestados, segue os principais motivos que tornam imprescindível a compra de novos equipamentos e materiais:

- **Necessidade de Atualização Tecnológica:** Alguns dos equipamentos atuais estão obsoletos e apresentam falhas frequentes, o que compromete o desempenho das atividades e aumenta o tempo

de resposta das tarefas. A substituição por novos materiais proporcionará um aumento significativo na eficiência e na qualidade do trabalho realizado.

- **Aumento da Demanda:** Com o crescimento das atividades da Câmara, tendo em vista a contratação de mais um servidor, tornou-se necessário expandir a capacidade operacional, o que exige a aquisição de novos equipamentos para atender à crescente demanda de trabalho.
- **Melhoria da Produtividade:** Equipamentos de informática mais modernos são essenciais para otimizar o tempo de execução de tarefas, reduzir erros e permitir maior agilidade nos processos internos, o que impacta positivamente nos resultados e na satisfação dos colaboradores.
- **Suporte às Novas Tecnologias:** A implementação de novas ferramentas e softwares exigirá a atualização dos equipamentos, garantindo compatibilidade e a possibilidade de integrar as soluções mais modernas disponíveis no mercado.
- **Redução de Custos de Manutenção:** Equipamentos obsoletos geralmente demandam um volume maior de manutenção, o que eleva os custos operacionais. A aquisição de novos materiais, com tecnologia atualizada, reduzirá esses custos a longo prazo.
- **Apoio à Inovação e Capacitação:** A aquisição de novos materiais é fundamental para a realização de treinamentos mais eficientes, o que contribuirá para o desenvolvimento contínuo da equipe e a adaptação às mudanças do mercado.
- **Abastecimento dos equipamentos:** A aquisição de materiais de abastecimento de determinados equipamentos é essencial, tendo em vista que impressoras precisam de tinta, de tonner, os computadores necessitam muitas vezes de HD, pendrive, pilhas para controles, entre outros. Sendo assim é imprescindível a compra desses materiais para o uso eficaz dos equipamentos.

Além da futura aquisição de novos equipamentos se faz necessário também a contratação de serviços suporte e manutenção para esses aparelhos, justamente para que não causem prejuízos tão cedo como já aconteceu. Sendo assim é importante entender que a manutenção e o suporte técnico para informática têm como pontos positivos:

- **Garantia de Continuidade Operacional:** Os equipamentos de informática são essenciais para a realização das atividades cotidianas e operacionais da organização. A falta de manutenção preventiva e suporte adequado pode ocasionar paradas inesperadas, que afetam diretamente a produtividade e o desempenho dos colaboradores. A contratação de serviços especializados assegura a continuidade das operações sem interrupções significativas.
- **Redução de Custos com Reparos e Substituições:** A manutenção preventiva pode evitar falhas graves nos equipamentos, o que resulta em custos elevados com reparos emergenciais ou até mesmo a necessidade de substituição de aparelhos. Serviços especializados de suporte e manutenção aumentam a vida útil dos aparelhos e previnem gastos excessivos com a compra de novos dispositivos.
- **Melhoria no Desempenho e Eficiência dos Equipamentos:** Manutenções periódicas e ajustes feitos por profissionais qualificados garantem que os equipamentos funcionem com a máxima eficiência, evitando lentidão ou travamentos. Isso impacta diretamente na produtividade dos colaboradores, reduzindo o tempo de inatividade e otimizando o desempenho das ferramentas de trabalho.
- **Segurança da Informação e Proteção Contra Riscos Cibernéticos:** O suporte técnico adequado também inclui a implementação de soluções de segurança, como atualizações de antivírus, configurações de firewall e correção de vulnerabilidades. Esses serviços são fundamentais para proteger os dados sensíveis da organização, prevenindo ataques cibernéticos, roubo de informações e outros incidentes relacionados à segurança digital.
- **Atendimento Rápido e Especializado:** Em casos de falhas inesperadas, é crucial contar com um serviço de suporte técnico ágil e capacitado para resolver rapidamente os problemas, garantindo que os usuários voltem a trabalhar com os equipamentos em pleno funcionamento. A presença de um suporte especializado proporciona respostas rápidas e soluções eficazes.
- **Compliance e Conformidade com Normas de TI:** A manutenção regular dos sistemas e dos aparelhos também contribui para o cumprimento das normas de segurança e regulamentos de tecnologia da informação, essenciais para o bom funcionamento de uma organização que lida com dados sensíveis, como informações pessoais, financeiras ou corporativas.
- **Apoio na Implementação de Novas Tecnologias:** Profissionais especializados podem contribuir para a implementação de novos sistemas e tecnologias, além de fornecer orientação contínua para otimizar o uso dos equipamentos. Essa assistência permite que a organização se mantenha competitiva e aproveite ao máximo as inovações tecnológicas.

Dessa forma, a contratação de serviços de suporte e manutenção de aparelhos de informática é uma medida estratégica para assegurar a eficiência, segurança, e a continuidade das operações da organização, garantindo que os recursos tecnológicos estejam sempre disponíveis e funcionando adequadamente.

3. JUSTIFICATIVA PARA BENEFÍCIO EMPRESA MUNICIPAL E REGIONAL

3.1. O benefício concedido às Microempresas individuais (MEIs), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs) visa à promoção de fomento da economia local e regional, desenvolvimento econômico/social e ampliação de eficiência de políticas públicas, às empresas sediadas no Município, como também na região Oeste e Sudoeste, estando em consonância com as demais leis já mencionadas.

Vale destacar que a Lei Complementar Federal abre a possibilidade do ente federado Estado, Distrito Federal ou Município elaborar Lei própria regulamentando mais beneficentemente as Micros e pequenos porte.

Antes de prosseguirmos com a análise devemos entender o que é esse tratamento diferenciado e simplificado a ser aplicado as Micros e pequeno porte, que determina o Artigo 47 da Lei Complementar Federal 123/2006.

Art. 47. Nas contratações públicas da administração direta e indireta, autárquica e fundacional, federal, estadual e municipal, deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014) (Vide Lei nº 14.133, de 2021).

Parágrafo único. No que diz respeito às compras públicas, enquanto não sobrevier legislação estadual, municipal ou regulamento específico de cada órgão mais favorável à microempresa e empresa de pequeno porte, aplica-se a legislação federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 147, de 2014).

O Artigo 48 do mesmo dispositivo que determina que:

Para o cumprimento do disposto no art. 47 desta Lei Complementar, a administração pública:

I - Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

§ 3º Os benefícios referidos no caput deste artigo poderão, justificadamente, estabelecer a prioridade de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

Assim, o tratamento diferenciado é aquele que estabelece diretrizes preço e região exclusivas a certas categorias empresariais.

O município de Três Barras tem uma regulamentação com Lei específica para as licitações municipais e a restrição adotada no presente certame é ato discricionário da Administração, e encontra respaldo legal e jurisprudencial, visto que a Lei Municipal prevê no mínimo 03 (três) empresas cujo ramo/atividade é pertinente a licitação.

A participação na disputa é exclusivamente destinada à Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sediadas no Município de Três Barras do Paraná, não existindo mínimo de 03 empresas locais participantes, abre-se

para as empresas de outras regiões. E ainda não existindo número suficiente entre a local e regional abre-se para as demais empresas.

No momento do certame todas as MEIs, ME e EPP podem participar, portanto ao final da fase de lances será dado prioridade para a local e regional, não existindo o número suficiente de participantes as demais empresas de outras localidades passam a assumir a ordem normal na classificação.

Esta futura contratação se fundamenta também nas na Leis Complementares Municipal nº 001/14, de 28 de outubro de 2014, Lei Complementar Municipal nº 003/2021, de 27 de maio de 2021 e Lei Complementar Municipal nº 004/2022 de 13 de julho de 2022.

A Lei Complementar Municipal 003/2021 cita que:

§ 3º: Nas licitações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte definidas no inciso III do § 1º deste artigo, no dia, hora e local designados para a realização da sessão pública para recebimento das propostas e lances, poderão participar dos lances no primeiro momento, apenas aquelas sediadas no município de Três Barras do Paraná, quando existentes em número igual ou superior a 03 (três), devendo, em caso contrário, ser permitido a participação de microempresas e empresas de pequeno porte com sede regional. Inexistindo pelo menos 03 (três) microempresas e empresas de pequeno porte local ou regional, será permitida a participação na licitação de outras microempresas e empresas de pequeno porte.

§ 5º: Para fins de definição de microempresas e empresas de pequeno porte regional, serão consideradas aquelas situadas nas regiões Oeste e Sudoeste do Estado do Paraná.

§ 6º: A incidência da regra da exclusividade da participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deve ser analisada com base no valor individual estimado para cada item ou lote, definido no inciso III do § 1º deste artigo.

A preocupação do Administrador é sempre encontrar o correto amparo legal para aplicação dos referidos benefícios, sem que isso possa infringir as normas vigentes aplicadas nos procedimentos Licitatórios.

Inicialmente podemos comprovar com texto constante da Constituição Federal, mais precisamente nos Artigos 146, 170, inciso IX e também o Art. 179. Vejamos:

Art. 146, III - Estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre: d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso dos impostos previstos nos arts. 155, II, e 156-A, das contribuições sociais previstas no art. 195, I e V, e § 12 e da contribuição a que se refere o art. 239. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

Art. 170, IX - A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existências digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

IX - Tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.

Art. 179. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios dispensarão às microempresas e às empresas de pequeno porte, assim definidas em lei, tratamento jurídico diferenciado, visando a incentivá-las pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas por meio de lei.

As referidas Leis, além de regulamentares da Constituição Federal, tem por escopo dar tratamento jurídico diferenciado à essas empresas, o qual guarda, ainda, perfeita consonância com os princípios norteadores do direito, em especial da isonomia, imparcialidade, moralidade e equidade, além de descreverem a abrangência territorial na qualificação das mesmas, bem como, em consonância com os entendimentos do órgão fiscalizador.

O TCE/PR em seu acórdão 820/2020 diz que: “havendo legislação municipal específica sobre a matéria, não há necessidade de constar no certame a justificativa para a restrição territorial, já que por lei por si só, observados os aspectos do Prejulgado nº 27, apresenta-se como motivação suficiente”.

Ainda assim no edital é possível encontrar os municípios que fazem parte da região Oeste e Sudoeste do Paraná.

Ainda o TCE/PR em seu acórdão 1372/2020 diz que: É possível, mediante expressa previsão em lei local ou no instrumento convocatório, realizar licitações exclusivas a microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em determinado local ou região, em virtude da peculiaridade do objeto a ser licitado ou para implementação dos objetivos propostos no artigo 47, da Lei Complementar nº 123/2006, desde que, devidamente justificado.

O regime foi criado para diferenciar, em iguais condições destes fornecedores, justamente com intuito de fomentar a economia local / regional, já que essas empresas representam mais de um quarto do Produto Interno Brasileiro (PIB).

A Legislação Federal determina a obrigatoriedade da aplicação do tratamento diferenciado, “deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado”, porém, requer que os procedimentos demonstrem atender a objetivos, ou seja, requisitos específicos para aplicação dos benefícios às Microempresas individuais (MEIs), Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPPs).

“A conjugação hermenêutica das duas normas pode levar a concluir que está autorizada a licitação exclusiva para a participação de ME e EPP sediada local ou regionalmente”. SANTOS, José Anacleto Abduch. Licitações e o Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte p. 132).

Portanto, esses benefícios têm por finalidade promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e/ou regional, fomentando a relação comercial entre o Poder Público e Micros e Pequeno Porte como estratégia para o crescimento dessas últimas, e, são normas cogentes e autoaplicáveis, ou seja, são de observância obrigatória.

Marçal Justen Filho também cita que:

Pode-se admitir licitação restrita à participação de ME e EPP sediada em certas regiões, sem que isso configure violação ao princípio da Federação. O direcionamento das licitações configura-se como um meio de promover a intervenção do Estado nos domínios econômicos e social, inclusive para cumprir o designio constitucional da redução das obrigatoriedades regionais e da eliminação da pobreza. JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, p. 140).

Assim, a contratação obedece o dispositivo legal, já que, há legislação municipal que estabelece que as licitações deverão serem direcionadas às empresas municipais quando estiverem sendo tratadas de aquisições / contratações dentro dos limites direcionados para Microempresas individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno

Porte devendo estar, inicialmente a participação restrita as que tiverem sede no Município de Três Barras do Paraná, sendo que, não havendo, poderão participarem as empresas regionais conforme delimitadas, e, inexistindo, aberta as MEs, MEIs e EPPs com sede em outras regiões.

4. PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS/ACEITAÇÃO DO PRODUTO, CONDIÇÕES, LOCAL DE ENTREGA E RECEBIMENTO.

4.1. A entrega do produto bem como a prestação de serviços passará a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, e após a emissão da Autorização / Ordem de Compras e serviços.

4.2. **O licitante vencedor deverá entregar os produtos assim como a prestação de serviços sempre que solicitado pelo Legislativo por meio da emissão da ordem de serviço/compras.**

4.3. O local de entrega dos produtos e serviços deverá ser na Câmara Municipal, conforme a demanda relatada na emissão da ordem de serviço/compras, no endereço localizado na Avenida São Paulo, 452, centro, Três Barras do Paraná.

4.4. **O licitante vencedor deverá entregar os produtos/serviços em perfeito estado e caso os produtos/serviços estejam em desacordo com o edital, a empresa terá que trocar as suas mercadorias, no prazo imediato, pois a entrega não será aceita pela fiscal e gestora da Ata de registro de Preços e se houver recusa a empresa sofrerá os sanções previstas no edital.**

4.4.1. A garantia do produto deverá ser de 12 meses e para a prestação de serviços a garantia será a qualidade do serviço atestado pela Fiscal e Gestora do contrato, Senhora Maria Matildes dos Santos, a qual relatará em relatório próprio a qualidade do serviço prestado.

4.5. Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também às regulamentações de órgãos tais, como inmetro, ABNT, vigilância, entre outros solicitados no Termo de Referência.

4.6. O produto/ serviço licitado será atestado provisoriamente pela responsável pelo recebimento de Compras, e o recebimento definitivo será feito somente após a verificação da quantidade e qualidade do mesmo.

4.7. O fornecedor que não cumprir com as obrigações estabelecidas, estará sujeito às sanções previstas neste edital, bem como na Ata de Registro de Preços.

4.8. Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

4.9. A empresa deve responsabilizar-se pelo descarte das embalagens, volumes ou qualquer material residual entregue com as mercadorias, bem como os restos de resíduos deixados pelos reparos que serão realizados, deixando o ambiente intacto e com boa aparência compatível com os outros ambientes.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao fornecimento que venham a ser solicitados pelos empregados dos fornecedores;

5.2. Efetuar o pagamento devido pelo fornecimento dos produtos/serviços, desde que cumpridas todas as exigências deste Edital, de seus Anexos e da Ata de Registro de Preços;

5.3. Comunicar oficialmente ao fornecedor quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave durante a execução do fornecimento;

5.4. Solicitar os produtos sempre que houver a necessidade da Câmara, com prazo de até 01 dia de antecedência por meio da ordem de compras/serviços;

5.5. Solicitar a prestação de serviços sempre que houver a necessidade da Câmara, com prazo de até 01 dia de antecedência por meio da autorização de compras;

5.6. Verificação das quantidades e qualidade dos produtos/serviços entregues, bem como dos serviços prestados;

5.7. Fiscalizar, avaliar e registrar a correta execução do cumprimento do objeto;

5.8. Encaminhar a ordem de compras/serviços via e-mail ou whatsapp para a empresa e confirmar o recebimento.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos/serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e

contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

6.2. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.3. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão SRP e em seus Anexos;

6.4. Ser responsável pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais/serviços;

6.5. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara Municipal, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos produtos/serviços;

6.6. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender no prazo de até 01 semana, sempre que o pedido for realizado pelo setor de compras, ou em casos específicos por qualquer funcionário do Legislativo, além de demais reclamações a respeito da qualidade do fornecimento/serviços;

6.7. Comunicar por escrito ao Legislativo Municipal qualquer anomalia de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

6.8. Quanto à entrega e o recebimento dos objetos/serviços, seguir o descrito no item 4, no prazo e formas ajustados;

6.9. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Legislativo;

6.10. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto licitado ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Legislativo;

6.11. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto licitado, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e,

6.12. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão Eletrônico SRP;

6.13. A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário da Ata de registro de Preços renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Legislativo;

6.14. É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Legislativo Municipal, ou que nele ocupe cargo de confiança, durante a vigência da Ata de registro de Preços;

6.15. É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca do Contrato, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná;

6.16. É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

6.17. Realizar a entrega dos produtos, bem como dos serviços sempre que enviado o pedido pelo Setor de Compras no máximo 01 semana, após o envio do pedido que poderá ser via e-mail ou via whatsapp, desde que comprovado o recebimento.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, fica designada a gestora da Ata de Registro de Preços para acompanhar, avaliar, registrar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, a Servidora

Maria Matildes dos Santos, Matrícula 8-6/1, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de registro de Preços, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da nota fiscal.

10.2. Será considerado como data de pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.3. Os pagamentos serão efetuados por meio eletrônico ofertados pelo sistema bancário, na forma de avisos de crédito, ordens bancárias ou transferências eletrônicas, disponibilizados pelas Instituições Financeiras, em que fique identificada a sua destinação e, no caso de pagamento, o credor, devendo este ser obrigatoriamente o fornecedor contratado (IN nº 89/2013 – TCE/PR).

10.4. A nota fiscal será atestada pelo responsável do recebimento de compras/serviços e após conferência da qualidade e do quantitativo será encaminhada ao setor de Contabilidade para pagamento.

10.5. A nota fiscal deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta nos sites oficiais.

10.6. Caso as consultas de regularidade fiscal sejam desfavoráveis, será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis à fornecedora, prorrogáveis por igual período a critério do Legislativo, para a regularização ou apresentação de sua defesa, suspendendo o pagamento até a regularização.

10.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente e, persistindo a irregularidade, o Legislativo poderá adotar medidas necessárias à rescisão da contratação, assegurando à fornecedora ampla defesa.

10.8. Havendo a efetiva prestação de serviços, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso a fornecedora não regularize a sua situação perante a regularidade fiscal.

10.9. A Câmara Municipal de Três Barras do Paraná poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pelo fornecedor.

10.10. O pagamento efetuado não isentará o fornecedor das responsabilidades decorrentes do fornecimento.

10.11. Devem constar na Nota Fiscal os dados bancários para pagamento.

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas, podendo ser prorrogado o prazo por mais 12 meses desde que seja vantajoso. (Art. 84 da Lei 14.133/2021).

11.2. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.4. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.5. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. De acordo com a Ata de Registro de Preços.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS MATERIAIS

13.1. De acordo com a Ata de Registro de Preços.

14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- 14.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- 14.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;
- 14.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 14.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;
- 14.1.5. Não mantiver a proposta;
- 14.1.6. Falhar na execução do contrato / Ata de registro de Preços;
- 14.1.7. Fraudar a execução do contrato /Ata de registro de Preços;
- 14.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;
- 14.1.9. Declarar informações falsas; e
- 14.1.10. Cometer fraude fiscal.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata de registro de Preços, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

14.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

14.2.2. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

14.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

14.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

14.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Legislativo, pelo prazo de até dois anos;

14.2.6. Impedimento de licitar e contratar com o Legislativo pelo prazo de até cinco anos;

14.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

14.2.8. As sanções previstas nos subitens 14.1.1 ao 14.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.2.9. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

14.2.10. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

14.2.11. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

14.2.12. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

14.2.13. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

14.2.14. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

14.2.15. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.2.16. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Legislativo poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

14.2.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14.2.18. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à

administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

14.2.19. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

14.2.20. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

14.2.21. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

15. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

O custo estimado da contratação é de até **R\$ 134.526,98** ao ano. Esse valor deverá ser respeitado, não podendo o limite ser ultrapassado, nem global, nem por item, definido no item 1.1 do objeto.

15.1. Os valores utilizados para esse Registro de Preços de deram por meio da cota de preços, conforme anexados no processo.

16. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

- 16.1.** 44.90.52.35.00.00 – EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
16.2. 33.90.39.20.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS
DEPARTAMENTO REQUISITANTE E SOLICITANTE DE ORÇAMENTOS

Contabilidade
Sérgio Fernandes

SERGIO
FERNANDE
S:5808436
3972
Assinado de forma digital por SERGIO FERNANDES:58084363972
Dados: 2025.02.27 11:06:13 -03'00'

LENILCE
VITORIAN
O:0622621
6964
Assinado de forma digital por LENILCE VITORIANO:06226216964
Dados: 2025.02.27 11:06:57 -03'00'

PREGOEIRA
Lenilce Vitoriano

ANTONIO ADAIR
LISCHUISCHY
JUNIOR:10193696983
Assinado de forma digital por ANTONIO ADAIR LISCHUISCHY JUNIOR:10193696983
Dados: 2025.02.27 11:08:28 -03'00'

Antônio Adair Lischuischy Júnior
Equipe de apoio

MARIA MATILDES
DOS
SANTOS:90636481972
1972
Assinado de forma digital por MARIA MATILDES DOS SANTOS:90636481972
Dados: 2025.02.27 11:07:23 -03'00'

GESTORA DO CONTRATO / ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Maria Matilde dos Santos

ROBERTO
TAVARES:65893573900
93573900
CONTROLADOR INTERNO
Roberto Tavares
Assinado de forma digital por ROBERTO TAVARES:65893573900
Dados: 2025.02.27 11:07:56 -03'00'

Três Barras do Paraná, 27 de fevereiro de 2025.

ANEXO II

**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2025
MODO DE DISPUTA - ABERTO**

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº xxx/2025

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM COMPUTADORES, IMPRESSORAS, ENTRE OUTROS APARELHOS, BEM COMO AQUISIÇÃO DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA O LEGISLATIVO, EM REGIME DE EXECUÇÃO POR PREÇO UNITÁRIO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ E A EMPRESA (RAZÃO SOCIAL COMPLETA).

Pelo presente instrumento, a CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida São Paulo, 452, centro, Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, CEP 85.485-000, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF) sob o nº 78.678.174/0001-03, neste ato representado pelo Sr. Antenor Carlos da Motta, brasileiro, casado, Presidente do Legislativo, portador do CPF nº 805.464.809-00 e RG nº 5.936.336-0 SSP/PR, residente e domiciliado na Av. Brasil, 138, nesta cidade, doravante designada CONTRATANTE, de um lado e, de outro, a empresa (RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), pessoa jurídica de direito privado, estabelecida (ENDEREÇO COMPLETO), inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) sob o nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representada por (QUALIFICAÇÃO DO(A) REPRESENTANTE LEGAL), na função de (FUNÇÃO), ao fim assinado(a), doravante designada CONTRATADA;

Estando às partes sujeitas as normas nos termos da Lei 14.133/2021 de 01 de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar Municipal 001/2014 de 28 de Outubro de 2014, com alteração dada pela Lei Complementar 03/2021 de 27 de Maio de 2021, Lei Complementar nº 04/2022 de 13 de Julho de 2022, Lei Complementar Municipal nº 003/2023, de 21 de agosto de 2023 e Lei Complementar Municipal Nº 005/2023, de 05 de setembro de 2023. Resolução Nº 20/2022, Resolução Nº 02/2024, Resolução Nº 04/2023 e Resolução Nº 10/2023, AJUSTAM a presente Ata de Registro de Preços para contratação empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o legislativo, em decorrência da Licitação Modalidade Pregão SRP, forma Eletrônica, Modo de Disputa Aberto, nº 01/2025, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

(Art. 92, I, Lei 14.133/21)

A presente Ata de Registro de Preços tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos, bem como aquisição de material e equipamentos de informática para o Legislativo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os produtos e serviços a serem entregues deverão atender rigorosamente as exigências técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo I) do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 01/2025, estando ao mesmo vinculado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A quantidade de produtos e serviços a serem entregues é estimada naquela descrita no ANEXO I – Termo de Referência, não estando a Câmara Municipal obrigada a retirar a totalidade e nem mesmo tão somente aquela, por se tratar de estimativa, sendo que será requerida a entrega somente da quantidade necessária para atendimento das necessidades atestadas pelos setores solicitantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto da Ata de Registro de Preços correrá por conta exclusiva da CONTRATADA, demais encargos inerentes a completa execução da presente Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA – PREÇO

(art. 92, V, Lei 14.133/21)

A Empresa (RAZÃO SOCIAL), com sede a (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada por seu representante legal devidamente constituído no Contrato Social, independente de transcrição nesta Ata, é a detentora dos direitos de preferência e não de exclusividade dos itens descritos no item 2.2 desta Cláusula.

A Empresa (RAZÃO SOCIAL), com sede a (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada por seu representante legal devidamente constituído no Contrato Social, independente de transcrição nesta Ata, é a detentora dos direitos de preferência e não de exclusividade, conforme tabela abaixo:

ITEM	QTD	UNIDADE	DESCRIÇÃO DOS ITENS	MARCA	CATMAT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL

Valor Total do Fornecedor: R\$ XXX (valor por extenso).

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços serão fixos e irrevogáveis e estão expressos em reais, podendo o prazo ser estendido por mais 12 meses desde que comprovado que seja vantajoso. Caso seja prorrogada a Ata, será analisado o possível reajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO – É vedado o reajuste de preços durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, exceto em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 124 da Lei nº 14.133/21, ou de redução dos preços praticados no mercado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Caso haja o pedido em conformidade com o parágrafo anterior, a CONTRATANTE terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para respondê-lo.

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO

(art. 92, V, Lei 14.133/21)

O pagamento será efetuado conforme especificado no edital, mediante apresentação da nota fiscal, com os dados bancários, acompanhada dos seguintes documentos:

- a. Atestado de recebimento do órgão solicitante;
- b. Comprovantes da regularidade fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os recursos destinados ao pagamento do objeto de que trata a presente Ata de Registro de Preços são oriundos da rubrica orçamentária nº:

- 44.90.52.35.00.00 – EQUIPAMENTO DE PROCESSAMENTO DE DADOS
- 33.90.39.20.00.00 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MOVEIS

PARÁGRAFO SEGUNDO – As faturas deverão ser apresentadas em 02 (duas) vias (quando físicas), devidamente regularizadas nos seus aspectos formais e legais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das responsabilidades assumidas na forma desta Ata de registro de Preços, quaisquer que sejam, nem implicará na aprovação definitiva do produto entregue.

PARÁGRAFO QUARTO – Os pagamentos serão realizados através de transferência bancária, exclusivamente para a conta corrente da CONTRATADA, em até 15 (quinze) dias do recebimento da documentação pertinente.

PARÁGRAFO QUINTO – Caso se verifique erro na fatura, o pagamento será suspenso até que as providências pertinentes tenham sido tomadas por parte da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO – As faturas deverão ser entregues na sede da CONTRATANTE, no endereço descrito no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços, durante o horário de expediente ou encaminhadas por e-mail no endereço: camara@tresbarrasdoarana.pr.leg.br, desde que confirmado o recebimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE ENTREGA E VIGÊNCIA
(art. 92, IV, Lei 14.133/21)

A entrega passará a contar da data da assinatura da Ata de Registro de Preços, e após a emissão da Autorização / Ordem de Compras/Serviços.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O objeto deste edital deve estar de acordo com as especificações do Termo de referência e deve ser entregue ao Legislativo no prazo de até 01 semana, após o envio do pedido de compras.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A entrega dos serviços deverá ser cumprida em até 04 horas após a realização do chamado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O produto/serviço licitado será atestado provisoriamente pela responsável pelo recebimento de Compras, e o recebimento definitivo será feito somente após a verificação da quantidade e qualidade do mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO: O local de entrega das mercadorias será na Câmara Municipal, localizada na Avenida São Paulo, 452, centro, Três Barras do Paraná.

PARÁGRAFO QUINTO: Em atendimento ao disposto no artigo 31 da Lei 8.078 de 11/09/1990, a apresentação do produto deverá assegurar informações claras, precisas, ostensivas em língua portuguesa, sobre características, procedência, qualidade, quantidade, composição, preço, prazo de validade, origem e outros, devendo obedecer também às regulamentações de órgãos tais, como inmetro, ABNT, vigilância, entre outros.

PARÁGRAFO SEXTO: Quando comprovada uma dessas hipóteses, será indicado o próximo fornecedor a ser destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.

PARÁGRAFO SÉTIMO: A empresa deve responsabilizar-se pelo descarte das embalagens, volumes ou qualquer material residual entregue junto aos lanches, deixando o ambiente intacto e com boa aparência compatível com os outros ambientes.

CLÁUSULA QUINTA – ENCARGOS DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE tem direitos e obrigações, além das já descritas no Edital e Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratante tem o direito de exigir que os materiais e serviços sejam entregues conforme o que está sendo licitado, além de:

- a. exigir que a contratada mantenha seu cadastro atualizado;
- b. exigir que a contratada comunique previamente mudança de endereço ou dados para comunicação, como endereço de e-mail e telefone;
- c. exigir que, em caso de recusa na entrega dos materiais, essa recusa seja feita por escrito, e direcionada ao setor requisitante, com justificativa, para análise de possível rescisão do presente contrato, com direito ao contraditório e ampla defesa;
- d. aplicar as penalidades cabíveis quando infringida qualquer cláusula deste processo administrativo, após a concessão de contraditório e ampla defesa;
- e. quando se estiver apurando possível penalidade / sanção, reter o pagamento a ser feito até que se tenha decisão administrativa sobre aplicação de sanção ou não, com o desconto de eventual multa aplicada.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A CONTRATANTE se obriga adicionalmente aos encargos descritos no Anexo I – Termo de Referência do Edital Pregão Eletrônico SRP nº 01/2025, os encargos a seguir:

a. Promover, através de seu representante legal ou servidor designado, o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento dos materiais sob todos os aspectos, especialmente em relação aos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio quaisquer indícios e falhas detectadas, comunicando imediatamente à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte daquela;

b. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido no edital, de acordo com o fornecimento, mediante apresentação de Nota Fiscal;

c. Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

d. Dar condições para que a CONTRATADA execute fielmente e com qualidade dos materiais, objeto desta licitação.

e. Encaminhar o pedido de compras via e-mail ou WhatsApp para a empresa e confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA tem direitos e obrigações, além das já descritas no Edital e Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada tem o direito de exigir que os pagamentos sejam realizados conforme divulgado no processo administrativo, sem atrasos, além de:

a. Pedir informações sobre qualquer alteração na presente Ata SRP, sem que tenha ocorrido sua prévia comunicação / concordância;

b. Exigir que as partes entrem em acordo para a rescisão da presente quando não tiver mais interesse na continuidade, o que poderá ser aceito ou não pela CONTRATANTE.

a. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos/serviços, tais como salários, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale refeição, vale-transporte e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pela legislação;

b. Manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

c. Efetuar o fornecimento dentro das especificações e/ou condições constantes neste Edital de Pregão SRP e em seus Anexos;

d. Ser responsável pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando do fornecimento dos materiais/serviços;

e. Ser responsável por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade da Câmara Municipal, ou bens de terceiros, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento dos produtos/serviços.

f. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, obrigando-se a atender no prazo de 08 horas, sempre que o pedido for realizado pelo setor de compras, ou em casos específicos por qualquer funcionário do Legislativo, além de demais reclamações a respeito da qualidade do fornecimento.

g. Comunicar por escrito ao Legislativo Municipal qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

h. Quanto à entrega e o recebimento do objeto, seguir o descrito na cláusula quarta, no prazo e formas ajustados;

i. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Legislativo;

j. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados quando da execução do objeto lícito ou em conexão com ela, ainda que acontecido em dependência do Legislativo;

k. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionadas ao fornecimento do objeto lícito, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e.

l. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação do objeto deste Pregão Eletrônico SRP;

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A inadimplência do fornecedor, com referência aos encargos estabelecidos não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, nem poderá onerar o objeto deste Edital, razão pela qual o fornecedor signatário da Ata SRP renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Legislativo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: É expressamente proibida a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do Legislativo Municipal, ou que nele ocupe cargo de confiança, durante a vigência contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: É expressamente proibida a veiculação de publicidade acerca desta Ata SRP, salvo se houver prévia autorização da Câmara Municipal de Três Barras do Paraná.

PARÁGRAFO QUARTO: É vedada a subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste Edital.

PARÁGRAFO QUINTO: Seguir o que constante da cláusula quarta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

A CONTRATADA deve observar e a CONTRATANTE deve observar e fazer observar, por seus fornecedores, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução dos recursos do incentivo evitando práticas corruptas e fraudulentas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. A CONTRATANTE deverá impor sanções sobre uma empresa ou pessoa física, sob pena de inelegibilidade na forma da Lei, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pela Gestão, se em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa ou pessoa física, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar de licitação. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

“prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;

a. **“prática fraudulenta”:** a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução da Ata de registro de Preços;

b. “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

c. “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da Ata de registro de Preços;

d. “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Constitui obrigação da CONTRATANTE concordar e autorizar a avaliação das despesas efetuadas, mantendo à disposição dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos, contas e registros comprobatórios das despesas efetuadas, sendo isto considerado uma prática anticorrupção.

CLÁUSULA OITAVA- DAS PENALIDADES

Comete infração administrativa, nos termos da Lei 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

- a. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b. Não entregar a documentação exigida no edital;
- c. Apresentar documentação falsa;
- d. Causar o atraso na execução do objeto;
- e. Não manter a proposta;
- f. Falhar na execução do contrato / Ata de registro de Preços;
- g. Fraudar a execução do contrato /Ata de registro de Preços;
- h. Comportar-se de modo inidôneo;
- i. Declarar informações falsas; e
- j. Cometer fraude fiscal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Pela inexecução total ou parcial do objeto desta Ata de registro de Preços, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

k. Multa moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;

l. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da Ata de registro de Preços, no caso de inexecução total do objeto;

m. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

n. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Legislativo, pelo prazo de até dois anos;

o. Impedimento de licitar e contratar com o Legislativo pelo prazo de até cinco anos;

p. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

PARÁGRAFO SEGUNDO: As sanções poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:

- a. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO QUARTO: A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO QUINTO. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO SEXTO. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO NONO. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

PARÁGRAFO DÉCIMO. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A presente Ata de registro de Preços poderá ser rescindida de pleno direito, independentemente de notificação Judicial, nas seguintes hipóteses:

- a. Infringência de qualquer obrigação ajustada;
- b. Liquidação amigável ou judicial, concordata ou falência da CONTRATADA;
- c. Se a CONTRATADA, sem prévia autorização da CONTRATANTE, transferir, caucionar ou transacionar qualquer direito decorrente deste contrato;
- d. E os demais mencionados no Artigo 137 da Lei nº 14.133/21.

PARÁGRAFO ÚNICO – No caso de a CONTRATANTE precisar recorrer a via Judicial para rescindir a Ata, ficará a CONTRATADA sujeita a multa convencional de 10% (dez por cento) do valor da Ata de Registro de Preços, além das perdas e danos, custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 20% (vinte por cento) do valor da Ata de registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES GERAIS

Na Ata de registro de Preços se aplicam as seguintes disposições gerais:

- a. Rescindida a ata de Registro de Preços, em razão do inadimplemento de obrigações da CONTRATADA, esta ficará impedida de participar de novos contratos com a CONTRATANTE, além das penalidades na Lei 14.133/21;
- b. A CONTRATADA assume exclusiva responsabilidade pelo cumprimento de todas as obrigações decorrentes da execução desta Ata de registro de Preços, sejam de natureza trabalhista, previdenciária, comercial, civil ou fiscal, inexistindo solidariedade do LEGISLATIVO relativamente a esses encargos, inclusive os que eventualmente advirem de prejuízos causados a terceiros;
- c. A CONTRATADA não poderá durante a vigência da Ata, descumprir o que estabelece o inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal;
- d. Os casos que não estiverem contemplados na legislação apontada no início da ata de Registro de Preços, considerados omissos, serão aplicadas as normas federais existentes, quando cabíveis;
- e. A contratada autoriza o desconto das penalidades financeiras impostas dos pagamentos que vierem a ocorrer;
- f. Todos os instrumentos do processo administrativo, incluindo o presente contrato, serão divulgados no PNCP.
- g. A gestão da Ata SRP será feito pela Senhora Maria Matildes dos Santos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PARTES INTEGRANTES

As condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência do PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 01/2025 e na proposta apresentada pela empresa ora CONTRATADA, são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição, devendo as mesmas serem mantidas durante toda a execução contratual.

PARÁGRAFO ÚNICO – Serão incorporados a esta Ata de registro de Preços, mediante termos aditivos, quaisquer modificações que venham a ser necessárias durante a sua vigência, decorrentes das obrigações assumidas pela CONTRATANTE e CONTRATADA, tais como a prorrogação de prazos e normas gerais de serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUCESSÃO E FORO

As partes firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas, obrigando-se por si e seus sucessores, ao fiel cumprimento do que ora ficou ajustado, elegendo para Foro do mesmo a Comarca de

Catanduvas, Estado do Paraná, não obstante qualquer mudança de domicílio da CONTRATADA, que em razão disso é obrigada a manter um representante com plenos poderes para receber notificações, citação inicial e outras em direito permitidas.

Local e data.

CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANTENOR CARLOS DA MOTTA
PRESIDENTE DA CÂMARA

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA
REPRESENTANTE LEGAL

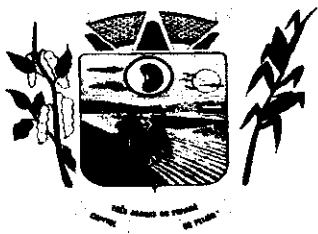
Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

PARECER JURÍDICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFORMÁTICA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA MESMA ÁREA.

A espécie: Análise quanto a minuta do Edital e Ata de Registro de Preços.

Os fatos e objeto:

Trata-se de processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, no modo de registro de preços, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos de informática, bem como a aquisição de equipamentos e suprimentos para o legislativo municipal, após realização de orçamentos.

Devidamente instruído com os pedidos essenciais, nota-se que o mesmo atende ao disposto na Legislação vigente, em especial a Lei 14.133/21, a qual é base para o presente procedimento.

Ainda, por tratar-se de valor dentro dos limites legais para participação exclusiva de empresa enquadrada como ME e EPP, o mesmo apresenta os requisitos essenciais para sua publicação.

Tal situação se depreende da análise quanto a redação constante tanto da minuta do Edital, quanto da minuta do Contrato (Ata), os quais se mostram compatíveis com nosso ordenamento jurídico, vindo o mesmo para análise desta Assessoria Jurídica.

Do direito:

Vejamos que o pregão é uma modalidade de licitação que está previsto na Lei 14.133/21, sendo que a Pregoeira tomou as cautelas necessárias para estipulação de valores, bem como para confecção do Edital, os quais possuem as exigências mínimas necessárias.



CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ ESTADO DO PARANÁ

As cláusulas inclusas em ambos os instrumentos não ferem nosso ordenamento, estando o mesmo em conformidade com o que dispõem toda a legislação aplicável, e dentro das melhores técnicas para o objeto.

Foi estipulado o objeto, a forma de participação, bem como a dotação orçamentária necessária para o cumprimento da obrigação a ser assumida.

Também estipulou sobre a participação dos interessados, com os requisitos necessários, bem como a forma de participação, além dos documentos indispensáveis para comprovar sua regularidade, e a forma de recorrer do resultado do certame.

Com isso, mostra-se que as peças podem ser publicadas, e, caso ocorra alguma divergência com os termos ali apontados, poderão serem objetos de questionamentos / impugnação dos interessados.

Do Parecer:

Como a redação das peças (Edital e seus anexos) não contrariam a legislação vigente, S.M.J., o parecer é pela legalidade de todas, estando aptas a serem publicadas e dadas a publicidade que merecem, para que o certame se realize.

Ante o exposto, não se constatou nenhum vício ou desacordo legal, o PARECER é pela legalidade dos atos praticados, com a publicação dos atos, e posterior realização do certame.

Três Barras do Paraná/PR, 28 de fevereiro de 2025.

ADRIANO APARECIDO DEZAN

<http://camara.trsbarras.pr.gov.br/assessoria-digital>

SERPRO

ADRIANO APARECIDO DEZAN

OAB/PR 69.809

**DECISÃO SOBRE OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

FUNDAMENTAÇÃO

Em atenção aos recursos administrativos interpostos pela empresa Leal Equipamentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.953.936/0001-01, cumpre informar que todos os atos praticados no âmbito do certame licitatório foram conduzidos em estrita observância aos princípios e normas que regem a matéria, em especial à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como às disposições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 90000/2025, na modalidade de Sistema de Registro de Preços – SRP.

No decorrer do procedimento, foram concedidos prazos suplementares para apresentação de documentos de habilitação, bem como realizadas diligências complementares com o objetivo de elucidar eventuais inconsistências nas propostas apresentadas. Todavia, as providências adotadas revelaram-se insuficientes para sanar, de forma satisfatória, os apontamentos verificados, não sendo possível aferir a regularidade e a conformidade das propostas com as exigências editalícias.

EMPRESA LEAL EQUIPAMENTOS LTDA

Quanto à empresa Leal Equipamentos LTDA, as diligências empreendidas igualmente não foram capazes de comprovar, de maneira suficiente e idônea a regularidade da documentação apresentada, restando configurado o descumprimento de exigências essenciais à habilitação e, por consequência, à aceitação das respectivas propostas.

DECISÃO

A decisão da Administração Pública quanto aos recursos apresentados está fundamentada nos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório, consagrados na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional pertinente, assegurando plena transparência e equidade no julgamento.

Diante do exposto, decide-se pelo indeferimento dos recursos interpostos pela empresa Leal Equipamentos LTDA, mantendo-se inalterado o julgamento anteriormente proferido, em conformidade com os fundamentos legais e editalícios estabelecidos.

A matéria segue agora para manifestação da autoridade superior.

Atenciosamente,

LENILCE
VITORIANO:0
6226216964

Assinado de forma
digital por LENILCE
VITORIANO:0622621
6964
Dados: 2025.04.09
09:21:21 -03'00'

**Lenilce Vitoriano
Pregoeira**

Câmara municipal de Três Barras do Paraná, 09 de abril de 2025.

**DECISÃO SOBRE OS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

FUNDAMENTAÇÃO

Em atenção aos recursos administrativos interpostos pelas empresas Leal Equipamentos LTDA, inscrita no CNPJ nº 53.953.936/0001-01, MFTI Soluções em Tecnologia LTDA, inscrita no CNPJ nº 54.760.234/0001-66, e Magibe Indústria e Comércio de Eletrônicos LTDA, inscrita no CNPJ nº 42.923.049/0001-66, cumpre informar que todos os atos praticados no âmbito do certame licitatório foram conduzidos em estrita observância aos princípios e normas que regem a matéria, em especial à Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como às disposições constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 90000/2025, na modalidade de Sistema de Registro de Preços – SRP.

No decorrer do procedimento, foram concedidos prazos suplementares para apresentação de documentos de habilitação, bem como realizadas diligências complementares com o objetivo de elucidar eventuais inconsistências nas propostas apresentadas. Todavia, as providências adotadas revelaram-se insuficientes para sanar, de forma satisfatória, os apontamentos verificados, não sendo possível aferir a regularidade e a conformidade das propostas com as exigências editalícias.

EMPRESA MAGIBE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA

Em especial, no que se refere à empresa Magibe Indústria e Comércio de Eletrônicos LTDA, observa-se que foi apresentado orçamento emitido pela empresa Romaze Indústria e Comércio de Computadores LTDA, cujo conteúdo — inclusive o descritivo técnico — mostrou-se incompatível com os requisitos técnicos e orçamentários previstos no instrumento convocatório, não atendendo aos elementos comprobatórios exigidos para a devida homologação da proposta. Diligência realizada: constatou-se, por meio de consulta ao cadastro da Receita Federal, que o telefone informado no orçamento ((45) 3223-5056) é o mesmo utilizado por outra empresa. Ainda assim, foi realizado contato telefônico, sendo confirmado por um colaborador que as empresas Magibe e Romaze atuam de forma conjunta. Dessa forma, conclui-se que o orçamento apresentado não possui validade, por não se tratar de fornecedor independente, comprometendo a imparcialidade da cotação apresentada.

EMPRESAS LEAL EQUIPAMENTOS LTDA E MFTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA.

Quanto às empresas Leal Equipamentos LTDA e MFTI Soluções em Tecnologia LTDA, as diligências empreendidas igualmente não foram capazes de comprovar, de maneira suficiente e idônea, a regularidade da documentação apresentada, restando configurado o descumprimento de exigências essenciais à habilitação e, por consequência, à aceitação das respectivas propostas.

DECISÃO

A decisão da Administração Pública quanto aos recursos apresentados está fundamentada nos princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, moralidade, publicidade, eficiência, competitividade e vinculação ao instrumento convocatório, consagrados na Constituição Federal e na legislação infraconstitucional pertinente, assegurando plena transparência e equidade no julgamento.

Diante do exposto, decide-se pelo indeferimento dos recursos interpostos pelas empresas Leal Equipamentos LTDA, MFTI Soluções em Tecnologia LTDA e Magibe Indústria e Comércio de Eletrônicos LTDA, mantendo-se inalterado o julgamento anteriormente proferido, em conformidade com os fundamentos legais e editalícios estabelecidos.

A matéria segue agora para manifestação da autoridade superior.

Atenciosamente,

LENILCE
VITORIANO:0
6226216964

Assinado de forma
digital por LENILCE
VITORIANO:06226216
964
Dados: 2025.04.09
09:15:44 -03'00'

Lenilce Vitoriano
Pregoeira

Câmara municipal de Três Barras do Paraná, 09 de abril de 2025.

**PARECER DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O RECURSO ADMINISTRATIVO
INTERPOSTO PELAS EMPRESAS LEAL EQUIPAMENTOS LTDA, MFTI SOLUÇÕES
EM TECNOLOGIA LTDA E MAGIBE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS
LTDA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90000/2025**

Diante da análise do recurso interposto pelas empresas **LEAL EQUIPAMENTOS LTDA, MFTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA E MAGIBE INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRÔNICOS LTDA** e dos elementos apresentados pela Pregoeira, conclui-se que a decisão da Pregoeira foi devidamente fundamentada e que não há elementos suficientes para alteração da proposta vencedora, tampouco para a revisão do valor estipulado no edital.

Assim, ratifico o indeferimento do recurso, mantendo-se as condições do edital e as propostas apresentadas pelas licitantes, com a devida continuidade do processo licitatório para adjudicação e homologação do objeto contratado.

DECISÃO

Em face do exposto, mantenho a decisão da Pregoeira, indeferindo o recurso interposto e determino o prosseguimento do processo licitatório, com a continuação da sessão pública de julgamento e homologação do certame, conforme as condições estabelecidas no edital.

Atenciosamente,


Antenor Carlos da Motta
Presidente

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 09 de abril de 2025.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

**RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO,
HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATA DO PREGÃO
ELETRÔNICO SRP Nº 90000/2025, PROCESSO Nº 02/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL
DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº 90000/2025, Processo Nº 02/2025, o resultado da classificação da proposta, julgamento, habilitação, adjudicação, homologação e ata da licitação em epígrafe que segue no link:
<https://pncp.gov.br/app/editais/78678174000103/2025/3>
UNIDADE COMPRADORA - UASG 928898


Antenor Carlos da Motta
Presidente

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 09 de abril de 2025.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO,
HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATA DO PREGÃO
ELETRÔNICO SRP Nº 90000/2025, PROCESSO Nº 02/2025 DA CÂMARA
MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS,
JULGAMENTO, HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO,
HOMOLOGAÇÃO E ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO
SRP Nº 90000/2025, PROCESSO Nº 02/2025 DA CÂMARA
MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº 90000/2025, Processo Nº 02/2025, o resultado da classificação da proposta, julgamento, habilitação, adjudicação, homologação e ata da licitação em epígrafe que segue no link:
<https://pncp.gov.br/app/editais/78678174000103/2025/3>
UNIDADE COMPRADORA - UASG 928898

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 09 de abril de 2025.

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador:41719BB1

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 15/04/2025. Edição 3257
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

**RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO,
HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATA DO PREGÃO
ELETRÔNICO SRP Nº 90000/2025, PROCESSO Nº 02/2025 DA CÂMARA MUNICIPAL
DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ**

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº 90000/2025, Processo Nº 02/2025, o resultado da classificação da proposta, julgamento, habilitação, adjudicação, homologação e ata da licitação do item nº 18, em epígrafe que segue no link: https://pneq.gov.br/app/editais/78678174000103_2025_3, no campo “Acessar Contratação”.

UNIDADE COMPRADORA - UASG 928898

Antenor Carlos da Motta
Presidente

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 22 de abril de 2025.

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

CÂMARA MUNICIPAL
RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, JULGAMENTO,
HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ATA DO PREGÃO
ELETRÔNICO SRP Nº 90000/2025, PROCESSO Nº 02/2025 DA CÂMARA
MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

RESULTADO DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS,
JULGAMENTO, HABILITAÇÃO, ADJUDICAÇÃO,
HOMOLOGAÇÃO E ATA DO PREGÃO ELETRÔNICO
SRP Nº 90000/2025, PROCESSO Nº 02/2025 DA CÂMARA
MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

A Pregoeira, devidamente constituída, em cumprimento ao disposto na legislação, torna público e comunica aos interessados na execução do objeto do Edital de Pregão Eletrônico SRP Nº 90000/2025, Processo Nº 02/2025, o resultado da classificação da proposta, julgamento, habilitação, adjudicação, homologação e ata da licitação do item nº 18, em epígrafe que segue no link: <https://pncp.gov.br/app/editais/78678174000103/2025/3>, no campo "Acessar Contratação".

UNIDADE COMPRADORA - UASG 928898

ANTENOR CARLOS DA MOTTA
Presidente

Câmara Municipal de Três Barras do Paraná, 22 de abril de 2025.

Publicado por:
Lenilce Vitoriano
Código Identificador: E32B154B

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23/04/2025. Edição 3261

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

PARECER JURÍDICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFORMÁTICA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA MESMA ÁREA.

A espécie: Análise quanto ao procedimento / formalidade parcial.

Pagamento: Conforme requisição (contratação parcelada).

Os fatos e objeto:

Trata-se de processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, no modo de registro de preços, para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de assistência técnica em computadores, impressoras, entre outros aparelhos de informática, bem como a aquisição de equipamentos e suprimentos para o legislativo municipal, aonde participaram mais de 50 (cinquenta) empresas, de diversas localidades do País.

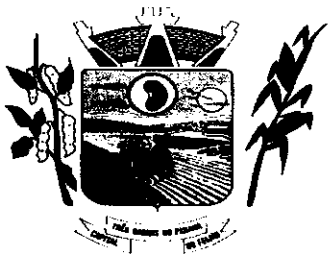
Com relação ao Edital, não houve a interposição de nenhum recurso, somente pedidos de esclarecimentos, os quais foram respondidos pela pregoeira.

Ocorre que o Edital previu que, havendo empresas locais / regionais, as aquisições seriam feitas com estas empresas, se atingissem o mínimo necessário para cada item (03 empresas).

No quesito "local", não houveram o mínimo de 03 (três) empresas do Município participando, sendo que, desta forma, foi analisada a participação no quesito "regional".

Havendo desta forma o mínimo das 03 (três) empresas regionais para cada item, a pregoeira desclassificou as demais empresas que não se enquadravam neste quesito, atendendo, desta forma, o que previa o Edital.

Com a desclassificação das empresas que não se enquadravam no quesito regional, não houve interposição de recursos em face das desclassificações,



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

passando então para a verificação das propostas por itens que se enquadravam no descritivo para cada objeto.

Com a relação das propostas por item, foram então ordenadas as empresas classificadas no quesito região, e, assim, verificada a proposta de cada empresa classificada em 1º (primeiro) lugar para cada item.

Com a classificação das empresas, passou a pregoeira a requisitar informações e comprovações de que estas atenderiam ao constante no Termo de Referência, fazendo diligências para tanto.

Das várias empresas classificadas em primeiro lugar, algumas delas, após serem intimadas para comprovação, não o fizeram em tempo, bem como, outras não conseguiram comprovar a oferta / proposta feita, o que, desta forma, ensejou a desclassificação das mesmas.

Com a desclassificação, 03 (três) empresas que haviam ficado em 1º (primeiro) lugar apresentaram recursos, dos quais nenhum licitante apresentou contrarrazões, sendo que os recursos foram analisados e, todos rejeitados pela pregoeira, decisão esta mantida pela autoridade máxima e, assim, prosseguiu-se o certame.

Com relação ao item 18 do certame, foi identificado pela pregoeira que houve uma desclassificação equivocada de empresa, e desta forma, o mesmo foi objeto de reabertura da sessão pública e, assim, no presente parecer, a legalidade é com relação aos demais itens, excluindo-se o item 18, para que, o certame possa ser homologado de forma parcial.

Assim, dos diversos itens licitados, somente 03 (três) empresas foram habilitadas, sendo: J. J. ALBERTI LTDA, CNPJ nº 82.203.845/0001-49, MFTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 54.760.234/0001-66 e HARLEI MORSCH, CNPJ nº 15.636.918/0001-07, para itens variados, conforme classificação.

A documentação exigida em Edital para os itens foi apresentada pelas proponentes que foram habilitadas como vitoriosas, atendendo a Lei 14.133/2021.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

O presente parecer se limita a verificar a conformidade como se desenvolveu todo o processo, alguma irregularidade a ser apontada, e a recomendação pela homologação ou não do certame.

Do direito:

Vejamos que o pregão na forma de registro de preços é uma modalidade de licitação inserido na nova Lei 14.133/21, sendo que a Pregoeira tomou as cautelas necessárias para estipulação de valores, bem como para confecção do Edital.

Aplicou os diversos requisitos estabelecidos na Lei de Licitações (14.133/21), bem como classificou as empresas arrematantes em cada lote, analisou as propostas e os recursos, para posteriormente declarar a vencedora, ou seja, respeitou o Edital, o qual previa que, se houvessem 03 (três) empresas locais, entre estas seria feita a disputa, somente se abrindo para as demais se não tivessem participado o mínimo local, sendo que, no presente caso, aparentemente pela quantidade de participantes, foi aplicada a regionalidade no certame.

Assim, nada de irregular foi encontrado no transcorrer do processo, e, considerando que não há pontos a serem esclarecidos, a regularidade do certame se mostra esclarecida.

Do Parecer:

Como todo o processo não contraria a legislação vigente, S.M.J., o parecer é pela legalidade dos atos praticados, com a HOMOLOGAÇÃO PARCIAL do certame, ante o não vislumbamento de prática equivocada, bem como a regularidade do processo.

Três Barras do Paraná/PR, 09 de abril de 2025.


ADRIANO APARECIDO DEZAN
OAB/PR 69.809



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

PARECER JURÍDICO

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA NA ÁREA DE INFORMÁTICA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA MESMA ÁREA.

A espécie: Análise quanto ao procedimento / formalidade parcial.

Pagamento: Conforme requisição (contratação parcelada).

Processo: Pregão SRP nº 02/2025.

Os fatos e objeto:

Trata-se de processo licitatório na modalidade pregão, na forma eletrônica, no modo de registro de preços, aonde o mesmo já foi parcialmente homologado, restando apenas a análise quanto ao item 18 do Termo de Referência.

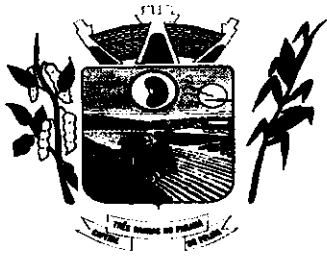
O restante do processo já foi analisado conforme parecer deste advogado datado de 09/04/2025, e os fatos ocorridos até aquele parecer, descrevem o transcorrer do processo, sendo agora o parecer feito de forma resumida.

Com relação ao item 18 do certame, foi identificado pela pregoeira que houve uma desclassificação equivocada de empresa, e desta forma, o mesmo foi objeto de reabertura da sessão pública e, mesmo assim, houve a participação de empresas regionais, mantendo a classificação das mesmas obedecendo este quesito.

Assim, foi habilitada a empresa MFTI SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ nº 54.760.234/0001-66, conforme classificação.

A documentação exigida em Edital para o item foi apresentada pela proponente, atendendo a Lei 14.133/2021.

O presente parecer se limita a verificar a conformidade como se desenvolveu todo o restante do processo, alguma irregularidade a ser apontada, e a recomendação pela homologação ou não do certame.



**CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ESTADO DO PARANÁ**

Do direito:

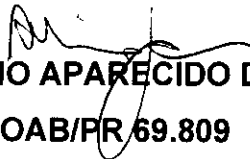
Vejamos que o pregão na forma de registro de preços é uma modalidade de licitação inserido na nova Lei 14.133/21, sendo que a Pregoeira tomou as cautelas necessárias para a continuidade do certame.

Assim, nada de irregular foi encontrado no transcorrer do processo, e, considerando que não há pontos a serem esclarecidos, a regularidade do certame se mostra esclarecida, devendo ser feita a homologação final do mesmo.

Do Parecer:

Como todo o processo não contraria a legislação vigente, S.M.J., o parecer é pela legalidade dos atos praticados, com a HOMOLOGAÇÃO TOTAL do certame, ante o não vislumbamento de prática equivocada, bem como a regularidade do processo.

Três Barras do Paraná/PR, 22 de abril de 2025.


ADRIANO APARECIDO DEZAN
OAB/PR 69.809